

RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO DE 2019

Reunião de 4/6/2020

Deliberação n.º 44

A Câmara deliberou por maioria com os votos contra dos dois vereadores do PS, concordando com o documento apresentado. Mais deliberou enviar o documento para aprovação à Assembleia Municipal.



CMPT
MUNICÍPIO
PESODAREGUA

Handwritten signatures and initials in blue ink, including the letters "E.P." and a stylized signature.

**RELATÓRIO DE GESTÃO
EXERCÍCIO DE 2019**

[Handwritten signatures and initials in blue and black ink, including the letters 'E.O' and a dollar sign symbol.]

APROVAÇÃO

Pela Câmara Municipal em reunião de 04 de junho de 2020

Pela Assembleia Municipal em Sessão de de junho de 2020

APROVADO PELO TRIBUNAL DE CONTAS

Por acórdão de ____ de _____ de 2020_
(S/ ofício nº _____, de ____ de _____ de 2020
Emolumentos de € _____, _____, pagos em ____/____/2020,
pela ordem de pagamentos nº _____

REUNIÃO DE: 04 de junho de 2020

DELIBERAÇÃO Nº _____

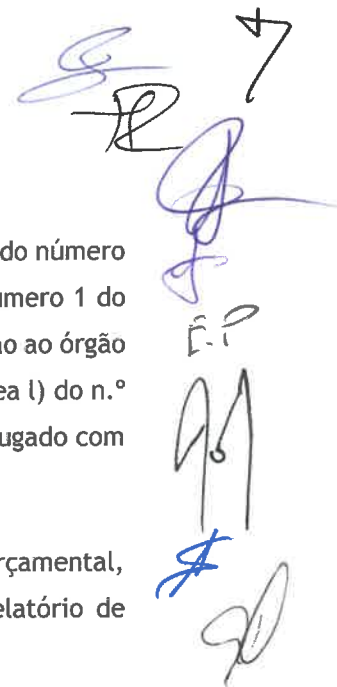
INTRODUÇÃO

Vimos por este meio submeter para aprovação os documentos previstos na alínea a) do número 2 do artigo 6º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro articulado com a alínea i) do número 1 do artigo 33º, do anexo 1, da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, para posterior submissão ao órgão deliberativo de forma a poderem ser apreciados e votados em cumprimento da alínea l) do n.º 2 do art.º 25, do nº2 do artigo 27, do anexo 1, da Lei 75/13 de 12 de setembro, conjugado com o nº1 do artigo 76 da Lei 73/2013 de 3 de setembro.

No âmbito da prestação de contas, serão apresentados os mapas de execução orçamental, demonstração de resultados, balanço, anexos às demonstrações financeiras, o relatório de atividades e gestão, assim como o parecer do revisor oficial de contas.

O Relatório de Gestão traduz, embora de forma sucinta nas suas diversas peças escritas e mapas, a execução das Grandes Opções do Plano Plurianual de Investimentos de 2019 (PPI) e do Orçamento do ano financeiro de 2019, refletindo um conjunto de resultados que permitem a verificação do grau de eficiência e eficácia da afetação dos recursos aos objetivos atingidos.

O documento aqui apresentado tem por objetivo retratar de forma fidedigna todo o trabalho realizado ao longo do ano 2019, assim como a realidade financeira, patrimonial e orçamental do Município.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top, "E.P." in the middle, and another signature at the bottom.

ESTRUTURA ORGANIZATIVA DO MUNICÍPIO

Assembleia Municipal - Órgão deliberativo

De acordo com o definido na Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal do Peso da Régua, órgão de natureza deliberativa do Município, é constituída por 29 elementos, 21 dos quais eleitos diretamente nas eleições para o respetivo Órgão aos quais se juntam os 8 Presidentes de Juntas de Freguesia.

Mesa da Assembleia - Órgão Deliberativo

Presidente da Assembleia Municipal - Artur José Montenegro Soveral Freire de Andrade

1º Secretário - Júlio Alfredo Mota

2º Secretário - Paula Manuel Pereira Correia dos Santos

Câmara Municipal - Órgão Executivo

De acordo com o definido na Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, a composição da Câmara Municipal (em virtude de estar no intervalo entre 10.000 e 50.000 eleitores) é de 1 Presidente e 6 Vereadores.

Presidente - José Manuel Gonçalves

- Planeamento e Obras Públicas
- Fundos Comunitários
- Desenvolvimento Rural
- Educação
- Finanças Municipais
- Turismo
- Proteção Civil
- Urbanismo e Obras Particulares
- Licenciamento e Fiscalização
- Assuntos Jurídicos
- Desporto e Juventude
- Coesão Social
- Recursos Humanos
- Modernização Administrativa, Comunicação e Imagem

Vereador - Eduardo Jorge Ribeiro Pinto

- Economia Local, Inovação e Empreendedorismo
- Ambiente e Qualidade de Vida
- Mobilidade, Transportes e Segurança Rodoviária
- Energia

Vereadora - Maria José Fernandes Lacerda

- Cultura

Vereador - Eduardo José de Sousa Cardoso

Vereador - Agostinho Gonçalves Alves Santa

Vereadora - Maria do Céu Ribeiro Ramos

Vereador - Bruno Miguel Botelho Gonçalves



Handwritten signatures in blue ink, including a large signature with "E.P." below it, and other smaller signatures.

PARTICIPAÇÕES DO MUNICÍPIO DO PESO DA RÉGUA

Participações Societárias em 31 de dezembro de 2019

Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.

A Empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A. foi criada em simultâneo com o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Trás-os-Montes e Alto Douro, tendo por base o Decreto-Lei nº270-A/2001 de 6 de outubro, visando como objeto de intervenção a exploração, em regime de concessão por um período de 30 anos, a conceção e a construção das obras e equipamentos necessários para efetuar o abastecimento de água e saneamento em alta, assim como a sua exploração, reparação, renovação e manutenção.

O capital teve a subscrição de 30 Municípios, assim como as sociedades, “Águas de Portugal S.G.P.S. S.A.” e a “Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, S.A.”.

O Município do Peso da Régua deteve uma participação social de 1,67% na respetiva sociedade até 31 de julho de 2015.

A 1 de agosto de 2015, com a fusão de todos os sistemas multimunicipais do Norte, foi criada a Empresa Águas do Norte onde o Município detém 0,31%, no valor de 467.528,00€.

Águas do Interior - Norte, EM, SA.

A Águas do Interior - NORTE, EM, SA. foi constituída em 15 de novembro de 2019 ao abrigo da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, pelos Municípios de Freixo de Espada à Cinta, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Torre de Moncorvo e Vila Real.

Por força dos seus estatutos, a Águas do Interior - NORTE, EM, SA., é uma empresa encarregue da gestão de serviços de interesse geral, tendo neste âmbito a ela competido a gestão dos serviços municipais de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais urbanas nos Municípios de Freixo de Espada à Cinta, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Torre de Moncorvo e Vila Real.

Nos termos do disposto no artigo 17.º do Decreto-lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, a delegação destes serviços é regulada através de um contrato de gestão delegada, celebrado entre os Municípios de Freixo de Espada à Cinta, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Torre de Moncorvo e Vila Real e a Águas do Interior - NORTE, EM, SA.

A Águas do Interior - NORTE, EM, SA., assume-se como uma empresa local, de natureza intermunicipal, sob a forma de sociedade comercial anónima, de capitais exclusivamente públicos, sendo a totalidade do seu capital detida por entidades públicas. Goza de personalidade jurídica, é dotada de autonomia administrativa, financeira, patrimonial e de independência orçamental. É representada pelo seu Presidente do Conselho de Administração,

F.P.
99
Jij

Eng.º Carlos Manuel Gomes Matos da Silva, e pelo Vogal do Conselho de Administração, Dr. José Manuel Gonçalves, igualmente com poderes necessários para o efeito ao abrigo dos Estatutos da Empresa.

Pelo Contrato de Gestão Delegada, os Municípios delegam na Empresa a prestação tendencialmente universal nos territórios dos Concelhos dos Municípios participantes, dos seguintes serviços de interesse geral, nos termos previstos no artigo 2.º do Decreto-lei n.º 194/2009, de 20 de agosto:

1. Abastecimento público de água para consumo humano;
2. Saneamento de águas residuais urbanas.

Os serviços referidos no parágrafo anterior incluem a valorização de subprodutos resultantes daquelas atividades, nomeadamente a disponibilização de águas residuais tratadas aptas a novas utilizações.

A exploração e gestão destes sistemas municipais consubstanciam serviços de interesse geral devendo reger-se pelos princípios orientadores previstos no artigo 46.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que estabelece o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, bem como pelos seguintes princípios gerais, em consonância com o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto:

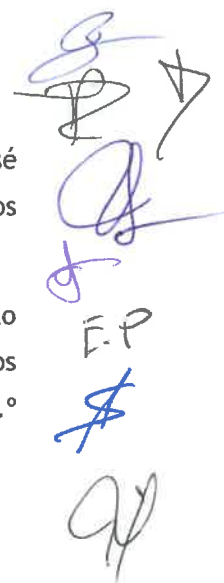
1. A promoção tendencial da sua universalidade e garantia de igualdade no acesso;
2. A garantia da qualidade do serviço e da proteção dos interesses dos utilizadores;
3. O desenvolvimento da transparência na prestação dos serviços;
4. A proteção da saúde pública e do ambiente;
5. A garantia da eficiência e melhoria contínua na utilização dos recursos afetos respondendo à evolução das exigências técnicas e às melhores técnicas ambientais disponíveis;
6. A promoção da solidariedade económica e social, do correto ordenamento do território e do desenvolvimento dos Municípios que integram a Empresa.

Participações Não Societárias em 31 de dezembro de 2019

Associação Nacional de Municípios Portugueses

A Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) foi criada a 22 de fevereiro de 1985, e tem por objetivo a representação e defesa dos Municípios Portugueses, perante os órgãos de soberania e perante as organizações nacionais ou internacionais.

Desenvolve projetos com vista ao acompanhamento do Poder Local, promove a troca de experiências e o intercâmbio de informação entre os seus membros, para além de disponibilizar meios de ação técnico-jurídica para os Municípios associados.



Associação de Municípios do Vale do Douro Norte

Constituída a 25 de outubro de 1990 pelos Municípios de Alijó, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião e Vila Real, a Associação de Municípios do Vale do Douro Norte surgiu de a necessidade destes Municípios coordenarem ações de desenvolvimento sustentável na Região. Neste sentido, gere iniciativas intermunicipais em todo o território da Associação, das quais se destaca a Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos.

Associação de Municípios Portugueses do Vinho

Com o objetivo de promover e valorizar os vinhos e as regiões de origem, foi constituída em 2007 a Associação de Municípios Portugueses do Vinho (AMPV).

Atualmente com 71 Municípios associados, a AMPV tem desenvolvido contatos com o Ministério da Agricultura, o Instituto do Vinho e do Turismo de Portugal entre outras entidades do setor para que, atuando em conjunto, sejam desenvolvidas estratégias de promoção do produto de acordo com as especificidades de cada Concelho.

A AMPV propõe a formulação de linhas orientadoras de ação que consubstanciam a cooperação e a partilha de experiências entre Municípios que representam as regiões demarcadas de produção de vinho de qualidade.

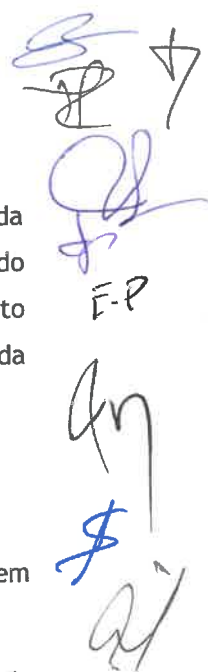
Associação do Douro Histórico

Criada em 1991, a Associação do Douro Histórico nasceu da tomada de consciência, por parte dos agentes locais da Região do Alto Douro, privados e públicos, de que o processo de desenvolvimento rural foi e é uma necessidade emergente, e que com uma iniciativa dinâmica, enraizada na sociedade local, feito com as pessoas, pelas pessoas e para as pessoas, poderia vir a ser desenvolvido.

De entre as atividades desenvolvidas, sobressai a gestão dos fundos comunitários que visam apoiar projetos de desenvolvimento rural na procura da melhoria da qualidade de vida através do reforço do sistema produtivo, da capacidade de iniciativa e de empreendedorismo, a valorização e diversificação da atividade económica local, a preservação e valorização do património construído, natural e cultural.

Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico

Criada e sediada em Lamego, a 22 de junho de 1988, a Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico visa, essencialmente, a preservação e conservação dos centros históricos dos aglomerados urbanos, promovendo a sua dinamização, contribuindo, assim, para o bem-estar das populações que deles desfrutam e usufruem.



A Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico, em colaboração com os Municípios, promove ações de divulgação cultural e proteção de locais que são da maior importância nacional e de indiscutível interesse público.

Associação Ibérica dos Municípios Ribeirinhos do Douro

A Associação Ibérica de Municípios Ribeirinhos do Douro (AIMRD) surge da vontade de diversas localidades, situadas nas margens deste rio, em criar um órgão capaz de se ocupar da cooperação transfronteiriça entre Espanha e Portugal, assim como de tentar alcançar a consecução de um projeto económico e ecológico comum.

Os primeiros passos da Associação remontam ao protocolo assinado em 12 de fevereiro de 1993, em Valladolid, pelos Municípios de Covalada, Aranda de Duero, Roa, Penafiel, Laguna de Duero, Valladolid, Toro, Zamora, e as Câmaras Municipais de Miranda do Douro, Torre de Moncorvo, Peso da Régua, Castelo de Paiva, Penafiel, Vila Nova de Gaia e Porto.

A AIMRD tem como objetivos principais: promover a elaboração de um projeto de desenvolvimento integral cujo centro seja o rio Douro, com as suas inúmeras potencialidades, e que abranja a área das câmaras municipais ribeirinha; impulsionar a adoção de um compromisso ecológico, cuja finalidade consista na defesa do rio Douro, essencial para a vida das povoações ribeirinhas; denunciar e tratar de impedir possíveis atentados ecológicos; desenvolver programas que melhorem e potenciem a atividade dos seus sócios, nomeadamente no âmbito das infraestruturas e dos serviços especializados; promover e defender os interesses dos seus associados para conseguir o desenvolvimento integral da área geográfica do Douro, para além de melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes.

Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2

Composta pelos Municípios de Chaves, Vila Pouca de Aguiar, Vila Real, Santa Marta de Penaguião, Peso da Régua, Lamego, Castro Daire, Viseu, Tondela, Santa Comba Dão, Penacova, Vila Nova de Poiares, Góis, Pedrogão Grande, Sertã, Lousã, Vila de Rei, Sardoal, Abrantes, Ponte de Sor, Mora, Montemor-o-Novo, Viana do Alentejo, Castro Verde, Aljustrel, Almodôvar, Loulé, São Brás de Alportel e Faro foi constituída a 5 de novembro de 2016. Tem como objetivo principal o desenvolvimento turístico e a promoção económica e cultural dos Municípios que foram atravessados pela antiga Estrada Nacional 2 (EN2).

Comunidade Intermunicipal do Douro

Constituída por escritura pública, pelos 19 Municípios da NUT III Douro, a 15 de janeiro de 2009, tem como principais objetivos: a participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, através dos fundos comunitários; a articulação dos investimentos



E-P


municipais e de interesse intermunicipal; promoção do planeamento e da gestão estratégica de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido.

Fundação Museu do Douro

A Fundação Museu do Douro foi criada a 23 de março de 2006, pelo Decreto-Lei nº 70/06. É uma instituição de direito privado e utilidade pública, dotada de personalidade jurídica.

A Fundação tem como objetivo principal a promoção de atividades culturais, que dignifiquem e publiquem a Região do Douro, cabendo-lhe a instalação, a manutenção e a gestão do Museu da Região do Douro, criado pela Lei nº 125/97, de 2 de dezembro, bem como a concretização das atribuições estabelecidas na referida lei.

Douro Alliance

A Associação de Municípios “Douro Alliance - Eixo Urbano do Douro” foi constituída por escritura pública, a 10 de julho de 2009, pelos Municípios do Peso da Régua, Lamego e Vila Real, a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, pela Associação Comercial e Industrial dos Concelhos do Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião e Mesão Frio, assim como pela Associação Comercial e Industrial de Vila Real, Associação Empresarial de Lamego e, ainda, pela NERVIR - Associação Empresarial.

O objetivo comum é a criação de uma plataforma de diálogo, partilha e cooperação entre cidades, desenvolvendo uma identidade regional forte, em torno de uma estratégia comum que possa reverter em benefícios partilhados. Com o desenvolvimento das ações previstas na candidatura “Douro Alliance”, procuraremos encontrar estratégias e aproveitar sinergias para a implementação e consolidação de projetos, cujos efeitos se farão sentir, não apenas em Vila Real, Peso da Régua e Lamego, mas também em toda a Região do Douro.

Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular

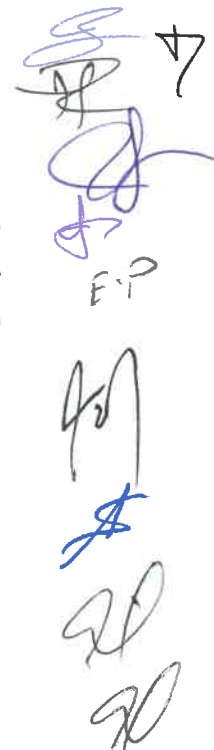
Constituída pelas 34 principais cidades do Norte de Portugal e da Galiza, a Associação Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular surgiu a 1 de abril de 1992, com o objetivo de desenvolver tecnológica, social, cultural e cientificamente as cidades que a integram, promovendo uma cultura de coesão no território comum.

Com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável da região transfronteiriça, o Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular realiza estudos e projetos (principalmente os que apresentem possibilidade de cofinanciamento estatal, comunitário ou internacional) que visem formas de relacionamento entre agentes, estruturas e entidades públicas e privadas.



Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal

Pessoa coletiva de direito público de âmbito territorial, dotada de autonomia administrativa, financeira e património próprio, foi criada para gerir a área regional de turismo coincidente com o território da NUT II Norte, com estatutos aprovados pela Portaria nº 1039/2008 de 13 de outubro e de acordo com a deliberação nº 358 tomada em Reunião de Câmara de 9 de dezembro de 2008.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including "E.P." and several illegible signatures.

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a downward arrow and the letters 'F.P.']

DOPSU

Divisão de Obras Públicas
e Serviços Urbanos


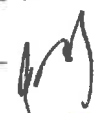




DIVISÃO DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'FIP' and other illegible marks.

SETOR DE OBRAS PÚBLICAS

Empreitadas com faturação em 2019	Valor de adjudicação
Rede de águas residuais e pluviais e demolição - trabalhos complementares no caminho de Sergude.	18 500,00 €
Execução de muro na Urbanização de Stº António - Peso da Régua	12 288,25 €
Ligação à rede BT- Estações Elevatórias de Vinhós -EE- Fonte Pequena e Sedielos -EE- Vinha Velha	1 767,35 €
Ligação à rede BT- Estação Elevatória do Lugar de Sá - Sedielos	1 442,50 €
Alargamento do Caminho da Cederma - Godim	8 325,00 €
Parque de estacionamento - Criação de novos lugares	5 308,19 €
Execução de passadeiras na Avenida Sacadura Cabral, Rodo e Alagoas	9 850,00 €
Execução de passadeiras - Trabalhos complementares	5 801,60 €
Iluminação de passadeiras na Avenida Sacadura Cabral- Município do Peso da Régua	11 401,16 €
Rede aérea de distribuição de energia elétrica para os eventos - Avenida do Douro	21 939,20 €
Realização de faixa de gestão de combustível da rede viária - Freguesia de Sedielos	6 000,00 €
Trabalhos de Limpeza de Resíduos e Redefinição de Taludes no Estaleiro da CMPR - Moledo	28 499,00 €
Rebaixamento do Separador Central da Avenida do Douro	15 295,00 €
Realização de faixa de gestão de combustível da rede viária no concelho do Peso da Régua- Estrada da Ermida	2 500,00 €
Realização de faixa de gestão de combustível da rede viária no concelho do Peso da Régua- Estrada da Ermida (nova medição de trabalhos)	1 765,00 €
Execução de vedação, muro de suporte e laje em caminho público - Lugar de Sergude	26 845,75 €
Execução de base e aplicação de piso amortecedor - Escola EB 2/3	6 408,00 €
Reabilitação de Passadeiras na Rua da Lousada e Camilo de Araújo Correia	12 022,43 €
Requalificação de Pavimento da Estrada EM 313-2 (troço entre Santo Xisto e Vilarinho dos Freires)	29 910,65 €
Recinto de promoção e valorização de produtos endógenos do Douro - Largo Padre José Pinto de Carvalho	343 107,89 €

Reconversão do Mercado Municipal - fase I MERCAL - Mercado Local de Produtores de Peso da Régua	194 480,00 €	
Implementação dos modos suaves na Avenida Dr. Manuel de Arriaga	1 103 889,55 €	F.P.
Centro Interpretativo e Albergue do Caminho Português Interior de Santiago	109 753,53 €	
Reabilitação de Passadeiras, Passeios e Pavimentos na zona urbana da cidade	28 499,20 €	
Empreitadas anteriores, com faturação em 2019		
	Valor de adjudicação	
Alargamento e pavimentação do caminho de Sergude - Godim	121 715,00 €	
Construção de Polidesportivo de Vilarinho dos Freires	144 409,18 €	
Execução de espaço de atendimento no piso zero do edifício da Câmara Municipal	45 671,87 €	

[Handwritten signatures and initials in blue and black ink]

DPDEGT

Divisão de Planeamento,
Desenvolvimento Económico
e Gestão do Território



DIVISÃO DE PLANEAMENTO, DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E GESTÃO DO TERRITÓRIO

INTRODUÇÃO

A esta divisão compete três grandes áreas que se relacionam com o planeamento urbano e estratégico, a gestão dos processos das diversas operações urbanísticas, e em ações de promoção do desenvolvimento económico. Estão também concentrados nesta unidade orgânica a elaboração de estudos e projetos que respondem à estratégia de desenvolvimento definida e a apreciação de projetos das operações urbanísticas e assuntos correlacionados.

No balanço ao exercício do ano de 2019, um dos aspetos mais positivos, resulta da centralização de todos os setores que constituem a DPDEGT num único piso, funcionando ao longo de todo o ano, e donde resultou um considerável aumento na eficácia e tratamento processual, diminuindo-se prazo de análise, conforme se poderá verificar nos indicadores que acompanham este relatório, contemplados mais à frente.

O facto menos positivo no âmbito desta divisão no decurso do ano passado, prende-se, inequivocamente, com a saída por pedidos de mobilidade de duas técnicas superiores - Arquitetura e Geografia (SIG), que assim diminui ou eliminou a capacidade de resposta em parte das valências assumidas por esta unidade orgânica.

Ainda assim, no âmbito da elaboração de estudos e projetos por estes serviços, destaca-se, pela sua importância estratégica fundamental, o desenvolvimento do programa e estudo prévio da requalificação do Balneário Termal de Caldas de Moledo (Piscinas), que serviram de apoio ao desenvolvimento de um anteprojecto e respetivos projetos de especialidades, e que sustentaram uma candidatura a cofinanciamento, apresentada em finais do mês de novembro ao PROVERE.

Nesta área merece ainda referência, os trabalhos de levantamento e estudos de apoio às operações previstas nos diversos bairros sociais existentes, quer seja na implementação da candidatura à Eficiência Energética que abrange cinco bairros; ou no âmbito do processo de definição de uma Estratégia Local de Habitação (em curso), em estreita cooperação com a equipa externa incumbida desta tarefa e a Divisão de Desenvolvimento Social.

No domínio do planeamento urbano, continuou o processo de articulação entre o município e a APA - ARH Norte com vista a clarificação quanto à discrepância de interpretação formal no que respeita às condições de edificabilidade em Zonas Ameaçadas por Cheias em espaço urbano, resultando uma hipótese de resolução definitiva desta questão.

Destaca-se também a iniciativa municipal promovida pela solução encontrada por esta divisão para a Zona de Vocação Turística de Milnorte, com a formalização de um Contrato para Planeamento com a entidade particular titular de direitos sobre os terrenos abrangidos. Esta modalidade, prevista no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, permite o desenvolvimento de um Plano de Pormenor congregando o que é o superior interesse municipal e os objetivos do promotor privado. Ao município cabe definir as regras em concordância com

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin of the page. The notes include a large 'S' at the top, followed by a checkmark, a signature, and the word 'F.º'. Below this are several other signatures and initials.

o consagrado nos diversos Instrumentos de Gestão Territorial (em especial o PDM), e ao privado a solução e instrução do PP para aprovação do órgão municipal competente.

No âmbito do tratamento dos registos dos pedidos de Alojamento Local e das respetivas vistorias ao local, a tramitação decorre centralizada no GEP, em articulação com a Divisão de Desenvolvimento Social a quem compete as atribuições na área do turismo. A comissão, constituída por três técnicos das duas divisões acrescida de um representante da Divisão das Obras Públicas e Serviços Urbanos, efetuou 23 vistorias e deu apoio a 26 registos, em resposta plena ao total das solicitações nesta área, cujo crescimento se acentuou ao longo de 2019.

Em 2019 foram publicadas em DR as Áreas de Reabilitação Urbana definidas para o território, após um trabalho de revisão às definidas, onde por razões estratégicas sustentadas no respetivo documento suporte, se optou por agrupar todas as 4 ARU's previamente aprovadas - Peso da Régua I, II, III e Salgueiral - e alargar sobre um único limite coincidente com o perímetro urbano consagrado no PDM de Peso da Régua ao qual se acresce o aglomerado da Cederma.

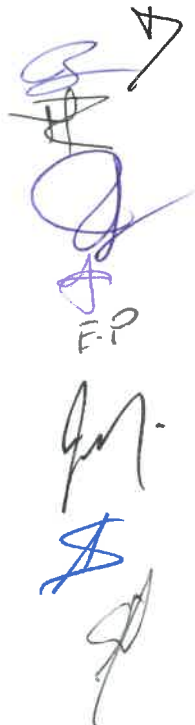
Neste âmbito, foi ainda desenvolvido o suporte regulamentar de apoio ao quadro de apoio e benefícios às operações de reabilitação urbana, e suas condições de enquadramento, a colocar à apreciação da Assembleia Municipal. Manteve-se a emissão de pareceres de enquadramento em ARU, em resposta à solicitação de promotores que recorrem aos mecanismos previstos no IFFRU e cujo documento é fundamental ao início do processo.

ATIVIDADE

Da redefinição do fluxo funcional da tramitação física de todos os processos urbanísticos, em consequência da concentração num único piso do edifício dos serviços municipais de todas os setores que compõem esta unidade orgânica, resultou um aumento considerável na movimentação processual geral.

Esse aumento é notório nas secções de Gestão Urbanística e na Administrativa, verificando-se uma subida de aproximadamente ¼ dos processos tramitados em relação ao ano anterior, superior até à média dos últimos 6 anos. O quadro seguinte, sintetiza por todas as tipologias de procedimento atribuídas a estas secções, a movimentação processual global num comparativo com os demais períodos desde 2013.

De notar, conforme já referido aquando da tomada de decisão da centralização logística de todos os serviços, que esta mesma ação permitiu retomar o estudo da melhor solução para o modelo de desmaterialização processual, podendo agora ser mais clarificada uma vez que todos os circuitos materiais foram racionalizados e estão estabilizados. Este é um objetivo primordial em linha com a maioria das tramitações já instituídas e ao qual a DPDEGT tem respondida, como é o caso da consulta externa às entidades através da plataforma SIRJUE.



Movimentação Processual	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013
Processos de Obras	119	76	97	121	68	58	76
Utilização / Alteração de Utilização	45	47	31	27	41	51	53
Processo de Loteamento	0	1	0	0	0	0	0
Destaque (certificação)	5	1	5	2	3	2	3
Informação Prévia	6	7	11	7	12	3	5
Propriedade Horizontal (Certificação)	5	8	4	4	4	7	3
Ocupação da Via Pública	19	23	15	18	16	13	17
Publicidade	9	7	6	13	8	7	14
Segurança / Salubridade	0	0	0	0	0	0	0
Diversos	340	279	271	246	180	226	202
Disposições controlo de funcionamento	4	1	5	15	35	64	51
Ficha Técnica de Habitação	25	18	34	10	16	24	10
TOTAL	577	468	479	463	383	455	434

SECÇÃO ADMINISTRATIVA

A esta secção compete o apoio e centralização das funções e ações administrativas reportadas ao Sector de Gestão Urbanística e Setor de Fiscalização, respeitando os regimes jurídicos gerais e demais legislações aplicáveis, os respetivos regulamentos municipais, numa tramitação processual vinculada estritamente ao Código do Procedimento Administrativo.

Cabe a esta unidade o registo, distribuição e formalização dos suportes à interlocução entre os requerentes e o município ao nível urbanístico.

Durante o ano de 2019 foram instruídos mais 109 processos que o ano transato, representando ainda este acréscimo, um aumento percentual de cerca de 30 pontos em relação à média dos 6 anos que compõem este balanço.

Verifica-se uma manutenção da ausência de emissão de títulos dos alvarás de loteamento que representam uma inexistência de iniciativa privada ao nível desta tipologia de operação urbanística, ao longo dos últimos anos.

Títulos	2019	2018	2017
Alvarás de Obras de Construção e Comunicações Prévias	59	58	58
Alvarás de Utilização	50	34	33
Alvarás de Loteamento	0	0	0
Aditamentos	10	8	1
Certidões	118	174	140

SETOR DE GESTÃO URBANÍSTICA

Ao Setor de Gestão Urbanística, composto por dois técnicos superiores, compete a análise processual que culmina na emissão de informações técnicas de suporte a despachos e deliberações municipais no âmbito das diversas operações urbanísticas e assuntos relacionados. Aos mesmos técnicos está atribuída a função de esclarecimento técnico e processual, estando reservado um dia semanal para o atendimento presencial nesse âmbito.

No final do ano transato verificou-se um aumento significativo dos processos / requerimentos informados em mais de 500 pedidos, representando um acréscimo superior a 20%. Este mesmo aumento percentual, de uma forma geral, verificou-se em quase todos os restantes parâmetros, conforme se atesta pela tabela em baixo.

Não obstante a participação dos mesmos técnicos desta secção em outras comissões de fiscalização e vistoria, essas ações não foram aqui consideradas para efeito de balanço anual.

Refira-se ainda também a pronúncia destes mesmos serviços em pareceres prévios de enquadramento em ARU's exigidos pelo IFFRU no âmbito das iniciativas de reabilitação urbana.

Obras Particulares		2019	2018	2017
Processos		577	468	479
Requerimentos		1321	1055	1159
Informados		3045	2522	2886
Deferidos	por despacho	481	362	480
	por deliberação	62	63	53
Informações Técnicas	Chefe de Divisão	1058	960	1043
	Técnicos	1432	1137	1310
Pareceres Externos		170	116	176
Ofícios / Notificações		899	871	985

SETOR DE FISCALIZAÇÃO

Não obstante este setor ter atuado durante todo o ano de 2019 sem um dos seus habituais fiscais, em resultado de um pedido de mobilidade deferido de um dos quadros, as competências atribuídas e os objetivos definidos foram minimamente cumpridos. Para isso, manteve-se a distribuição das áreas territoriais definidas em consequência da diminuição dos recursos.

Para além das competências da fiscalização e prevenção da legalidade e conformidade das operações urbanísticas, os dois elementos que atualmente compõem este setor, colaboram habitualmente nas ações de fiscalização das feiras e mercados da competência da DOPSU.

SETOR DE DESENHO, CARTOGRAFIA E SIG

Este Setor, em meados do ano em análise, viu-se privado da única técnica superior que o constituía, que solicitou um pedido de mobilidade para o município de Baião, de onde é residente. Este facto teve uma influência determinante no exercício do gabinete que funcionou em pleno até à saída da técnica. A partir desse momento, grande parte das tarefas foram asseguradas por outros técnicos dos outros sectores e gabinetes - Secção de Gestão Urbanística, Gabinete de Estudos e Planeamento e Gabinete Florestal.

Esta carência foi já colmatada a partir do início do ano em curso, com um estágio profissional ao abrigo do programa PEPAL assegurado por um técnico da área de Planeamento Urbano com competências de SIG.

A atividade do gabinete de SIG centrou-se como habitualmente, na área de planeamento, identificação cadastral, atualização e sistematização cartográfica, bem como na recolha e tratamento de informação de apoio à gestão de todas as infraestruturas.

Grande parte da sua atuação enquadra-se também no âmbito da gestão urbanística, ao nível da identificação das diversas operações urbanísticas, ao nível da certificação de pretensões de localização e ao nível da instrução dos próprios processos, resumindo-se de acordo com o seguinte elenco:

- Georreferenciação de processos urbanísticos, com a conseqüente organização e arquivo;
- Georreferenciação de processos urbanísticos, com apoio à análise técnica e verificação da correta georreferenciação da planta de implantação;
- Resposta a requerimentos diversos relativos a numeração de polícia, toponímia, confrontações e convergência de moradas.
- Apoio técnico ao Setor de Fiscalização, com consulta de informação cadastral, identificação de artigos rústicos e urbanos, impressão de cadernetas prediais e impressão de plantas de localização;
- Remessa ao Setor de Expediente, Arquivo e Serviços Gerais dos processos urbanísticos.

Este setor colaborou ainda com outras entidades públicas e estruturas orgânicas deste município, nas seguintes tarefas principais:

- Georreferenciação da localização dos novos ecopontos - DOPSU;
- Georreferenciação dos circuitos de varredura manual, por funcionário e por periodicidade - DOPSU;
- Identificação do local de recolha de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos - REEE - DOPSU;
- ERSAR - atualização do sistema de redes e infraestruturas e outras tarefas;
- Setor de Apoio Jurídico e Contencioso - análise cartográfica, análise cadastral, identificação de artigos matriciais e elaboração de plantas de localização.

E.P

GABINETE DE ESTUDOS E PLANEAMENTO

Também o Gabinete de Estudos e Planeamento (GEP) ficou na parte final do ano sem um dos seus quadros principais - técnica superior (Arquiteta) - por pedido de mobilidade deferido para a Câmara Municipal do Porto. A partir desse momento, este gabinete ficou resumido a dois técnicos - Arquiteto Paisagista e Desenhador - que tem vindo a assegurar as atribuições definidas.

No âmbito deste gabinete, centralizou-se também a análise técnica, emissão de parecer e integração de técnico na comissão de vistorias, nos pedidos de Alojamento Local que carecem de parecer municipal à sua inscrição junto do Turismo de Portugal.

Resumo dos trabalhos desenvolvidos, incluindo o apoio a outras unidades orgânicas:

Estudos

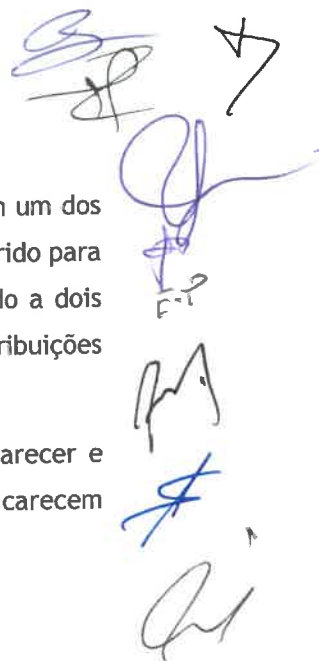
- PEARC - Plano especial das Albufeiras da Régua e Carrapatelo;
- Régua Cidade dos Vinhos - Stand's.

Projetos

- Bairro Calouste Gulbenkian - Bloco 1;
- Recuperação Paisagística da Margem do Rio Douro adjacente à Central do Moledo;
- Implementação dos Modos Suaves na Avenida Diocese de Vila Real;
- Implementação dos Modos Suaves na Rua Prof. Virgílio Correia;
- Revitalização do Balneário (Piscinas) das Caldas de Moledo;
- Gabinete do Município - obra e acompanhamento;
- Casa do Douro - Levantamento do espaço exterior;
- ARU e PARU | publicação e alteração;
- Memorial dos Combatentes do Ultramar - Projeto e obra;
- Polidesportivo de Vilarinho dos Freires;
- Publicidade e ocupação de via pública | levantamento;
- IMI - Classificação de Prédios Devolutos | Levantamento, notificação e atendimento.

Apoio a outras unidades orgânicas

- Resíduos Sólidos Urbanos/Águas/Saneamento | apoio SIG I (DOPSU);
- Ribeira da Meia Léguas | apoio e acompanhamento de obra - APA;
- APDL - Estudo Prévio para a Renovação do Cais da Junqueira;
- Secção de Espaços Verdes CMPR - Formação de Poda;
- DDSE - Apoio Douro Rock, Festas da Régua (diversões);
- Informática - Apoio no fornecimento de plantas para desenvolvimento rede wireless.



GABINETE TÉCNICO FLORESTAL

A este gabinete, constituído por uma técnica superior, estão atribuídas as tarefas de planeamento, operacionalidade, gestão, controlo e administração, de modo a que o combate aos incêndios florestais seja estruturado e eficaz, trabalhando em consonância com o Gabinete de Proteção Civil, divididos pelos seguintes níveis: Planeamento, Operacional e Administrativo, conforme resumo seguinte:

Planeamento

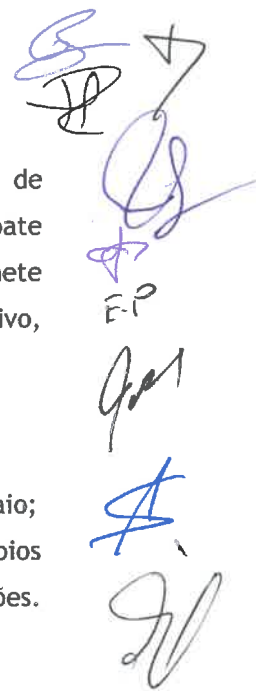
- Plano Operacional Municipal (POM), aprovado como habitualmente durante o mês de maio;
- Participação nas tarefas de planeamento e ordenamento dos espaços rurais dos municípios e nas questões de proteção civil, designadamente na identificação e resolução de situações.

Operacional

- Acompanhamento dos Programas de Ação previstos no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, respeitante às faixas de gestão de combustível junto das edificações e aglomerados populacionais; incluindo notificação dos proprietários e posterior fiscalização;
- Acompanhamento das ações referentes às faixas de gestão de combustível da rede viária municipal, incluindo a notificação de proprietários confinantes com a Rede Viária Municipal;
- Tratamento de informação relativa aos incêndios florestais e cartografia das áreas ardidas;
- Relacionamento e apoio às entidades públicas e privadas que participam na Defesa da Floresta Contra Incêndios, nomeadamente GNR, ICNF, entre outros;
- Acompanhamento e divulgação do Índice de Risco de Incêndio Florestal;
- Apoio no sector silvo pastoril - seleção e execução de áreas para a renovação de pastagem e também faixas de contenção de incêndios;
- Verificação de todos os pontos de água do concelho quanto à sua operacionalidade;
- Elaboração de relatórios mensais ao CDOS sobre o estado da implementação do programa;
- Verificação de todas as denúncias relacionadas com a Defesa da Floresta Contra Incêndios;
- Apoio no setor silvo pastoril, nomeadamente na seleção e execução de áreas para a renovação de pastagem e também faixas de contenção de incêndios;
- Verificação de todos os pontos de água do concelho no que se refere à sua operacionalidade antes do início da época de incêndios florestais.

Administrativo

- Emissão de propostas e pareceres durante todo o ano no que se refere à realização de queimas, queimadas e lançamento de fogo-de-artifício;
- Atualização das bases de dados e gestão SIG ao nível da Defesa da Floresta Contra Incêndios;
- Elaboração e submissão da candidatura para o apoio ao funcionamento do gabinete técnico florestal.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]
E:P
for
H

DDSE

Divisão de Desenvolvimento Social e Equipamentos



DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E EQUIPAMENTOS

ASSOCIATIVISMO

Fizeram parte da base de dados do Município do Peso da Régua, no ano de 2019, um total de 55 associações, sendo que estas se distribuíram por 14 associações culturais, 18 associações desportivas, 9 associações juvenis e 14 associações sociais. Comparativamente ao ano de 2018, verifica-se a criação de mais três associações de cariz social.

As Associações, à semelhança dos outros anos, podem solicitar ao Município quatro tipos de apoio, o monetário, o transporte, a cedência de instalações/equipamentos e o apoio logístico, de acordo com o Programa de Apoio ao Associativismo em vigor nesta Câmara desde 2007.

Salientamos que, no total, com atribuições monetárias de subsídios, bem como cedência de instalações/equipamentos e cedência de transporte, o Município atribuiu o valor de 1.621.787,41€, aproximadamente, mais de 60.000,00€ que no ano 2018, verificando-se que o Município tem consciência das dificuldades que estas Associações têm para se manterem ativas, e que muitas delas apenas sobrevivem com a boa vontade dos seus dirigentes e associados, tendo em conta as dificuldades financeiras em que muitas delas se encontram.

O valor de 1.621.787,41€, foi atribuído e repartido da seguinte forma: associações juvenis 78.946,00€, associações culturais 181.376,00€, associações desportivas 554.545,66€ e associações sociais 178.919,75€, e ainda o valor de 628.000,00€ previstos em orçamento de despesa do ano de 2019, onde se encontram incluídos apoios às IPSS'S e aos Bombeiros.

Relativamente aos apoios inerentes à cedência de instalações desportivas, estes traduzem-se num valor total de 181.884,00€ sendo que os custos referentes ao Estádio Municipal Artur Vasques são de 104.160,00€, ao Pavilhão Multiusos António Saraiva totalizam 37.284,00€ e ao Campo Dr. Rui Machado 40.440,00 €.

Os apoios relativos aos transportes também foram contabilizados e os 370 pedidos de transporte aos quais demos resposta, em 2019, traduziram-se num custo total para o Município de 143.856,00€.

Desde 2014 que apoiamos as associações com a cedência de espaços, nos quais podem ter a sua sede com as condições físicas necessárias para o desenvolvimento das suas atividades, sendo que em 2019 este apoio resulta em 292.400,00€, distribuídos por 31 associações.

Tal como nos anos anteriores, podemos verificar que, apesar das associações desportivas continuarem a ser a classe associativa com maior percentagem de apoio, verificou-se um aumento de subsídios concedidos a outras associações, de forma a estimular uma maior dinâmica associativa concelhia e de reconhecimento da importância destas no âmbito da dinamização da cultura e identidade do nosso concelho.



CAMPANHA DE APOIO À ESTERILIZAÇÃO DE CÃES E GATOS DE COMPANHIA - DESPACHO N.º 2301/2019

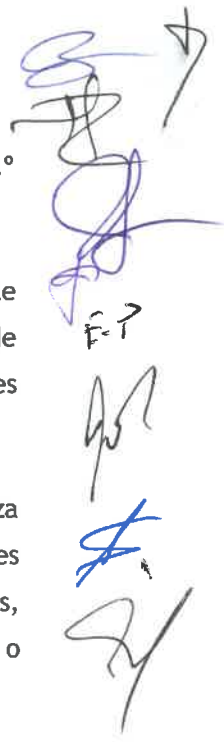
O Governo Constitucional aprovou, em 2019, um apoio financeiro de 500.000,00€ proveniente da dotação de receitas gerais do orçamento de funcionamento da DGAV- Direção Geral de Alimentação e Veterinária, para promoção de uma campanha de apoio à esterilização de cães e gatos de companhia.

O referido apoio dizia respeito ao apoio financeiro por parte da DGAV, que revestia natureza não reembolsável e era atribuído por cão ou gato de companhia esterilizado, em instalações adequadas ao procedimento, sendo que este apoio consistiu na atribuição de quantias fixas, por cada esterilização, conforme o n.º 2, do artigo 4.º do despacho n.º 2301/2019, sendo o limite do apoio financeiro atribuído a cada Município de 15.000,00€.

Contactadas as associações do município, nomeadamente a Associação Companhia dos Animais Abandonados e o Grupo de Proteção de Animais da Régua, e tendo estas demonstrado a sua vontade em cooperarem com o município na seleção dos animais a serem esterilizados, procedeu-se à elaboração de um Protocolo de Colaboração entre o Município e as referidas Associações, onde estavam estabelecidas a participação de ambas as partes no que a esta Campanha dizia respeito.

O apoio do Município revestiu a forma de apoio financeiro, sendo que, tal como a DGAV, o Município estabeleceu quantias fixas ao tipo de animal.

Em suma, no ano de 2019 e ao abrigo desta campanha, foram esterilizados no total 406 animais o que se traduz no valor total de 30.160,00€ em que o Município assegurou o pagamento de 15.160,00€.



LOJA INTERATIVA DE TURISMO

Em 2019 foram feitos um total de 10607 atendimentos na Loja Interativa de Turismo (LIT), sendo o mês de setembro (contrariamente ao que aconteceu em 2018, que foi agosto) o de maior afluência de turistas na LIT.

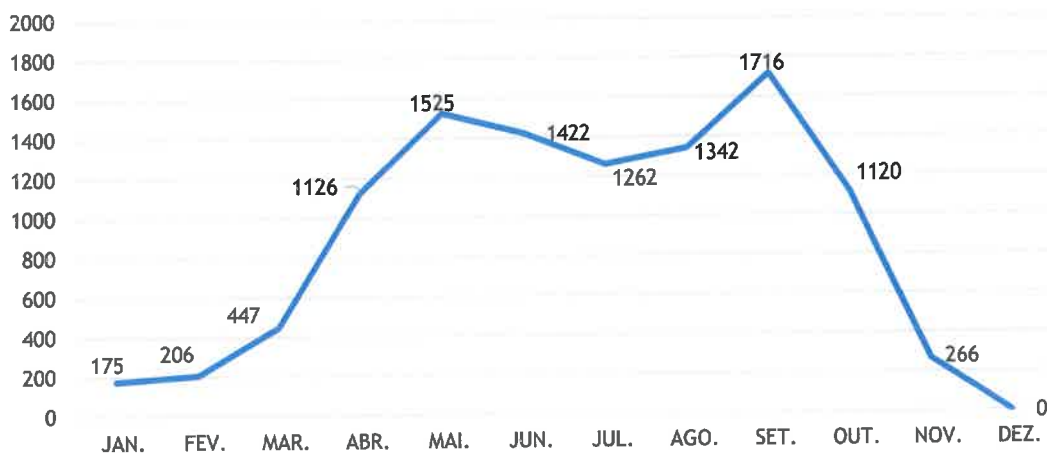


Gráfico 1 - Distribuição da procura da LIT - Nº de atendimentos por mês

Na análise feita por nacionalidades (gráfico 2), ainda que haja um maior detalhe na recolha estatística das mesmas, foram considerados para efeitos de representação gráfica as 10 nacionalidades que têm maior peso no total da procura e somando numa única ponderação as “Outras Nacionalidades”. Pela análise percebemos que os Portugueses constituem cerca de 24% da procura da LIT, seguidos pelos Franceses, Ingleses e Brasileiros que destronaram os Espanhóis para o 5.º lugar na procura da LIT, continuando os Americanos a fechar o top 5 dos públicos estrangeiros que procuram a LIT.

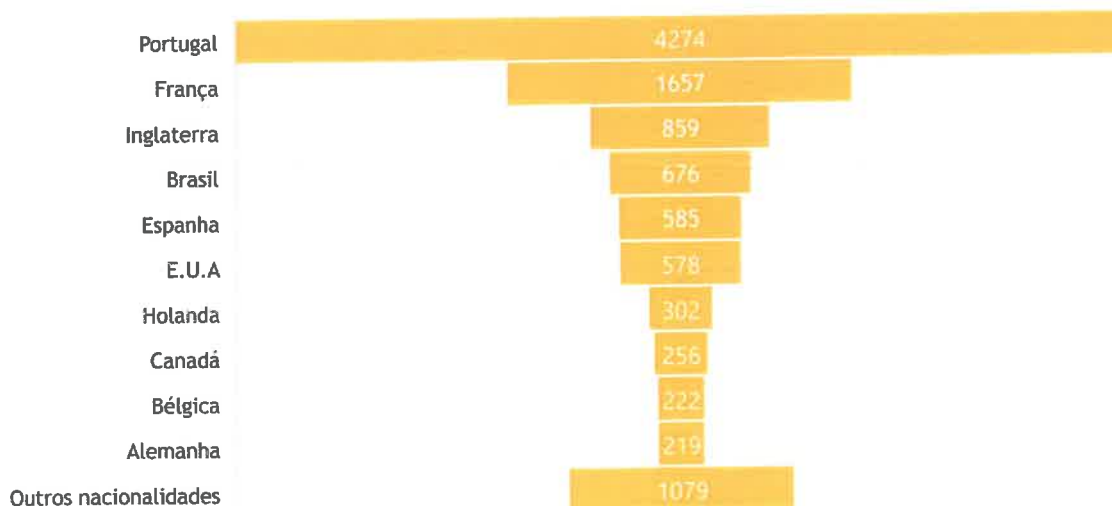


Gráfico 2 - Distribuição da procura da LIT por nacionalidades

Relativamente ao que motivou a ida à LIT (Gráfico 3), o destaque é, claro, para a pergunta “o que visitar na cidade e no concelho”, no fundo referem-se a uma abordagem de caráter geral sobre o que temos de oferta, surgindo em segundo lugar a procura por informações relativa à Rota da N2 e carimbos de passaportes. O enoturismo e a procura de informações sobre cruzeiros, revela um considerável interesse pelo rio, pela paisagem e pelo nosso produto de referência, o vinho.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including an arrow pointing up and right, and several illegible signatures.

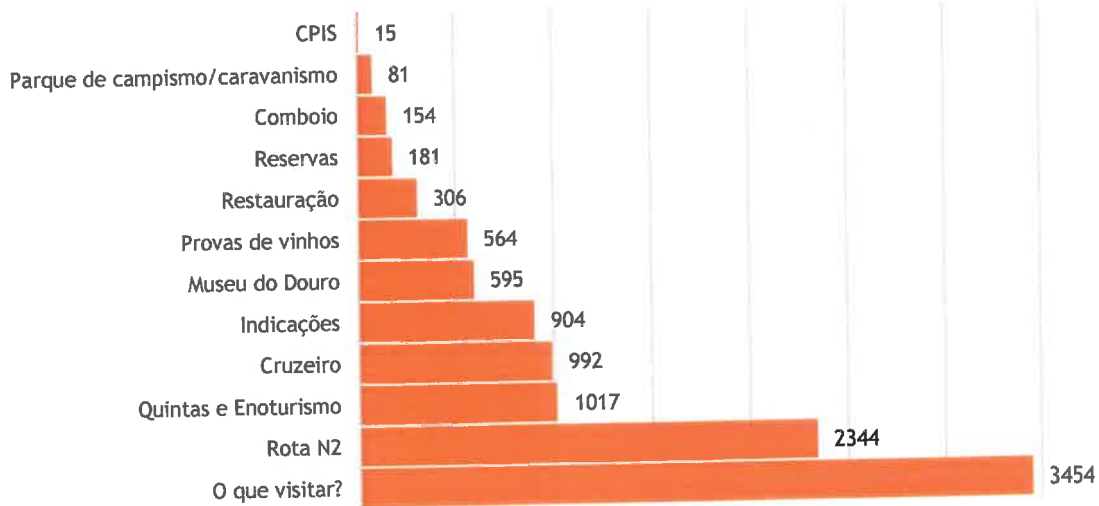


Gráfico 3 - Procura da LIT por motivação - Nº de atendimentos

Foi feito ainda o registo dos visitantes por género e por idades (Gráfico 4), verificando-se em 2019 que a procura por parte do género feminino foi muito maior que a do género masculino, contrariando profundamente os dados de 2018. Nos dois géneros a faixa dos +61 anos é a que tem maior preponderância nos resultados.

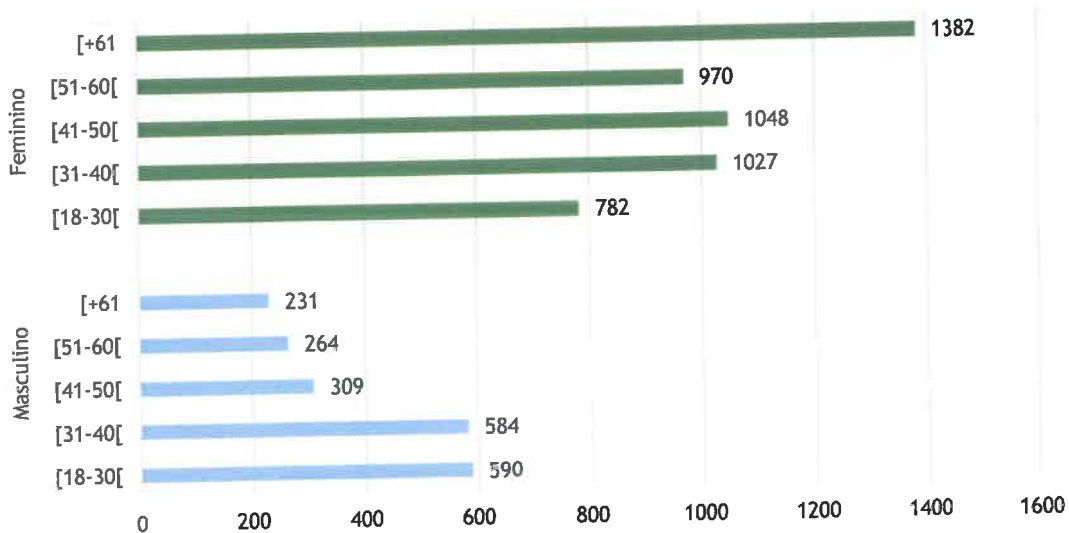


Gráfico 4 - Procura da LIT - Nº de atendimentos por género e faixa etária

AUDIR

O Auditório Municipal tem permitido um relacionamento diferente com os reguenses, um conhecimento efetivo dos interesses culturais de cada um, o que possibilita uma adequação mais eficiente dos conteúdos/espetáculos a programar.

Em 2019 foi possível consolidar o trabalho desenvolvido nos anos anteriores. Manteve-se a programação semanal, considerando as sessões de cinema à sexta-feira e ao domingo e aos sábados, espetáculos de palco, direcionados para públicos diversificados.

No último ano, o AUDIR proporcionou 102 sessões de cinema e 41 espetáculos de palco para o público em geral, aos quais assistiram cerca de 16000 espectadores. A estes juntamos cerca de 2000 que marcaram presença em cerimónias oficiais, conferências e sessões de informação. Cerca de 3500 pessoas visitaram as exposições que estiveram patentes na Galeria de Artes.

O AUDIR foi o palco privilegiado para a realização da primeira edição da Douro Wine City, a qual registou a visita de cerca de 8000 pessoas.

Por sua vez, o trabalho em rede com o Agrupamento de Escolas João de Araújo Correia e a Escola Profissional de Desenvolvimento Rural do Rodo foi intensificado, tendo os alunos assistido a peças de teatro e sessões de cinema, especialmente programadas para eles.

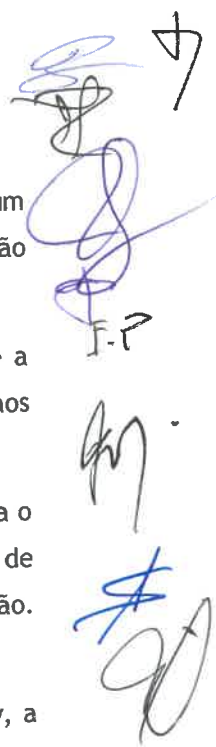
As crianças e jovens continuaram a ser um público privilegiado, tendo-se registado a presença de cerca de 5000 alunos em atividades de enriquecimento curricular, de que são exemplo, as peças de teatro e as sessões de cinema temáticas.

BIBLIOTECA

No ano de 2019, a Biblioteca Municipal do Peso da Régua consolidou a sua estrutura, sendo previsível que o reflexo desse investimento se verifique a curto/médio prazo.

A disposição de serviços e de circulação do público no edifício foi ajustada para um maior número de lugares sentados, houve um investimento nos sistemas de iluminação e climatização criando melhores condições físicas e de conforto para os utilizadores, foi feita a substituição de todos os equipamentos informáticos disponíveis ao público. Estas melhorias são exemplos que, acrescidos da aquisição de um novo sistema de gestão informático integrado programado para 2020, capacitam a Biblioteca Municipal do Peso da Régua de ferramentas adequadas e conteúdos atualizados para um futuro cada vez mais exigente no escrutínio de informação e na consequente produção de conhecimento, por parte dos nossos utilizadores.

A Biblioteca Municipal do Peso da Régua registou um aumento de 3,1% no número de sócios, contando no final do ano de 2019 com 2.482 associados, tendo sido realizados 1.087 pedidos de empréstimo domiciliário, o que corresponde a 2.105 volumes/idades físicas emprestadas, menos 19% em comparação com o ano de 2018.



Em 2019 a Biblioteca Municipal do Peso da Régua registou 17.537 visitas, menos 5 % comparativamente a 2018 e uma taxa de ocupação de lugares sentados para uso público de cerca de 31,7%, menos 1,9 % do que em 2018, foram, ainda, contabilizadas 1.639 sessões de acesso à internet.

Do fundo bibliográfico existente na Biblioteca Municipal os volumes/unidades físicas totalizam 24.014 registos, dos quais 75, % se encontram disponíveis aos seus utilizadores.

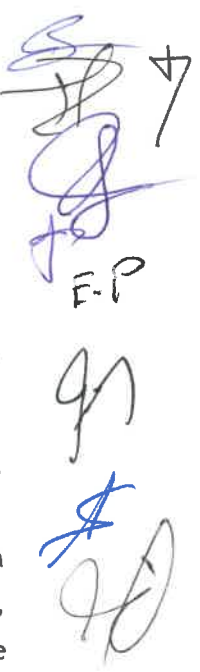
A palavra que melhor define a conceção, planificação e execução do Plano de Atividades da Biblioteca Municipal do Peso da Régua é PARCERIA, e o ano de 2019 foi, uma vez mais, demonstrativo desta realidade. Através do trabalho com as IPSS's (O Baguinho, Santa Casa da Misericórdia, ARDAD, Patronato de Godim, Centro Social e Paroquial D. Manuel Vieira de Matos, A2000), com os Estabelecimentos de Ensino e de Formação (Agrupamento de Escolas | João de Araújo Correia, Escola Profissional e Desenvolvimento Rural da Régua, Universidade Aberta, Talentes), com diversas entidades/instituições (Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, Rede de Bibliotecas Escolares, ACIR, Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários do Peso da Régua, Museu do Douro, Tertúlia João de Araújo Correia) foi possível realizar um conjunto de atividades e iniciativas de cariz educativo, cultural e social muito significativo, rentabilizando, desta forma, os recursos humanos, físicos e financeiros disponíveis.

De destacar, em 2019, entre dezenas de iniciativas realizadas, 4 projetos: A Feira do Livro do Douro, pela sua história e impacto nos diversos segmentos e faixas etárias da comunidade, por onde passaram quase 2.000 visitantes; a Feira do Livro Usado, pelo sentido filantrópico, em que foi possível angariar cerca de 800,00€ a favor dos Bombeiros Voluntários do Peso da Régua, fruto da oferta e venda de livros a particulares; 3.ª Edição Miúdos a Votos! Quais os Livros mais Fixes?, pela dimensão nacional, em que alunos da E.B. 2, 3 do Peso da Régua foram convidados para apresentar, na Fundação Calouste Gulbenkian, um podcast da sua autoria baseado no livro Harry Potter e a Câmara dos Segredos, uma iniciativa em que participaram 78.000 alunos; e o Clube de Leitura Café com Livros, pela sua estreia em 2019.

ATIVIDADES DIVERSAS

• Lançamento/Apresentação de livros

O Senhor Ribeiro e o Guarda-Rios, de Pedro Seromenho e Sebastião Peixoto. Um pedacinho de mim, de Margarida Ferreira Pinto. O Poço e a Estrada - Biografia de Agustina Bessa-Luís, de Isabel Rio Novo. A morceguita destrambelhada, de Isabel Ricardo. O fantasma das cuecas rotas, de Isabel Ricardo. Uma vida de paixões, de Aurora Cunha. Crónicas à Volta do Mundo, de Rui Daniel Silva. O amor não cresce nas árvores, de Pedro Chagas Freitas. Casa de palavras, de António Mota. Peito à janela sem coração ao largo, de António José Borges. Diacrónicas, de António José Borges.



▪ Iniciativas de Promoção da Leitura

Dia de S. Valentim. Peça de teatro Leandro, Rei da Helíria. Oficina Dia do Pai. Encontro com... Andreia Varela. Hora do Conto - O Pássaro da Primavera. Caça ao Ovo da Páscoa. Leve um livro, receba uma rosa. Caça ao Tesouro. Hora do Conto - O Dia em que os Lápis Desistiram. Oficina Jogos Tradicionais do Tempo dos meus Pais. Hora do Conto - A Árvore dos Rebuçados. Feira do Livro Usado. Oficina O meu primeiro livro. Oficina Ver de Olhos Fechados. Dia de S. Martinho. Árvore de Natal. Visitas guiadas A minha Biblioteca.

▪ Exposições

O Pássaro da Primavera, Jardins de Infância. Douro, as suas raízes!..., de Lina Monteiro Santos. Douro Internacional - Deambulações, de Albertino Valadares.

▪ Projetos de Leitura

Semana Nacional da Leitura 2019. Em Abril, Letras Mil. Concurso Nacional de Leitura 2019. Clube de Leitura Café com Livros. XXII Feira do Livro do Douro. Concurso de Leitura Ler é Crescer. 3.ª Edição Miúdos a Votos! Quais os Livros Mais Fixes?

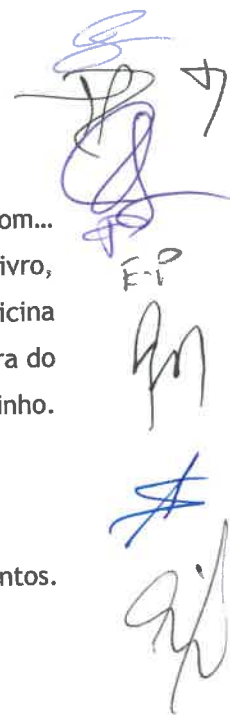
GABINETE DE AÇÃO SOCIAL, HABITAÇÃO E ESPAÇO SOLIDÁRIO

Garantir o acesso a bens e serviços, contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos são pressupostos da intervenção social do Município.

Os indicadores associados à pobreza e exclusão social, como a taxa de desemprego, as problemáticas relacionadas com o alcoolismo, toxicodependência, violência doméstica, crianças e jovens em risco, entre outros, fazem da intervenção social uma das prioridades municipais. Assim e à semelhança de anos transatos, o Município do Peso da Régua centra a sua intervenção em iniciativas, programas e projetos de ação social. Para o efeito, tem implementado um conjunto de políticas sociais com o objetivo de estar mais próximo das suas "gentes", minimizando os fatores de risco a que estão expostas.

Para o efeito, o Gabinete de Ação Social e Habitação efetua a sua intervenção de forma presencial e não presencial, através de atendimentos telefónicos, visitas, atendimentos, encaminhamentos, articulação institucional da intervenção a realizar, que se traduzem entre janeiro a dezembro de 2019 nos seguintes números: atendimentos - 450; visitas domiciliárias - 210; reuniões de trabalho/parceria - 133; encaminhamentos - cerca de 99 para instituições parceiras.

É de referir que em 2019, o número médio de atendimentos por mês foi de 37, sendo realizado de forma presencial ou telefonicamente, considerando-se o mês de novembro atípico, na medida em que se realizaram cerca de 500 atendimentos relativos às inscrições do cabaz de Natal. Os mesmos números refletem o número de visitas, são realizadas em média 18



Handwritten signature and initials in blue ink, including the letters 'E-P' and a stylized signature.

visitas/mês, sendo que no mês de dezembro este número é mais elevado devido à atividade dos cabazes de Natal. Realizam-se em média cerca de 11 reuniões/mês com os parceiros e ressalva-se a importância do trabalho que é realizado em rede, pois o trabalho promovido por cada uma das entidades é um contributo fundamental para a minimização ou resolução da problemática exposta em atendimento e/ou em visita domiciliária, sendo necessário o devido encaminhamento de cada situação.

Por sua vez, o Espaço Solidário, dinamizado por voluntários afetos ao Banco Local de Voluntariado, funciona durante o dia e presta apoio na cedência de bens de primeira necessidade. Através do Espaço Solidário, a Câmara Municipal contribui para uma melhoria das condições de vida de pessoas em situação de maior vulnerabilidade social, através da atribuição totalmente gratuita de bens, tais como têxteis, loiças, vestuário e calçado, mobiliário, eletrodomésticos, material didático e brinquedos, entre outros. É de salientar que esta resposta é assegurada pelo trabalho voluntário de cidadãos da comunidade, bem como por funcionários desempregados inseridos em programas de medidas de emprego - Contrato Emprego Inserção + ou Contrato Emprego Inserção, em articulação com o IEFP.

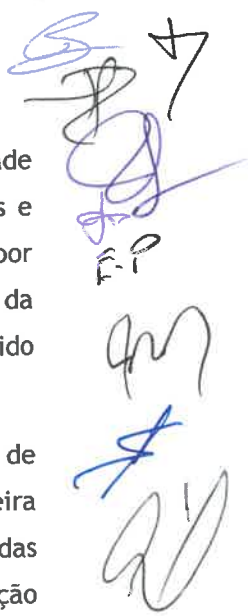
Ainda no âmbito do Espaço Solidário, referimos a parceria com o Supermercado Continente, numa ótica de responsabilidade social, que cede mensalmente produtos que se encontram fora de venda.

De janeiro a dezembro de 2019, realizaram-se 415 entregas de cabazes alimentares, sendo que 180 cabazes foram distribuídos mensalmente a cerca de 15 famílias identificadas como prioritárias no apoio alimentar, as restantes no âmbito do cabaz de natal. Ao longo de 2019, o Espaço Solidário apoiou uma média de 30 famílias/mês, na procura de bens, nomeadamente vestuário e calçado, 15 famílias foram apoiadas com mobiliário.

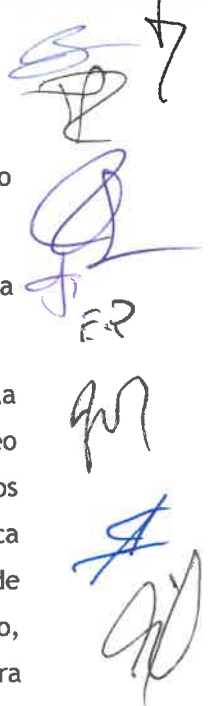
No âmbito da sua atuação nos domínios da ação social e da educação, no ano letivo 2018/2019 foram atribuídas 20 bolsas de estudo a estudantes do concelho com condições socioeconómicas mais vulneráveis, no valor de 750 euros a cada aluno.

Por último, e de forma sumária, referem-se algumas das atividades desenvolvidas ao longo do ano de 2019 no âmbito da intervenção comunitária:

- Continuação da participação e apoio prestado pelos técnicos do setor de ação social e habitação à Comissão de Crianças e Jovens em Risco, nomeadamente na realização de atendimentos conjuntos/reuniões, entre outras atividades previstas em regulamento e plano de ação da Comissão;
- Participação em reuniões quinzenais e colaboração com o Núcleo Local de Inserção, protocolo entre a SCM e o ISS, na sinalização, agilização e acompanhamento dos utentes com processos de RSI;
- Realização de trabalho em parceria com o Gabinete de Inserção Profissional, na sinalização e encaminhamento de casos;



- Apoio técnico ao Programa Escolhas do Alto Comissariado para as Migrações, tendo sido aprovada pelo período de 2 anos;
- Continuação da dinamização do Banco Local de Voluntariado através do encaminhamento para instituições do concelho e afetação de outros voluntários ao Espaço Solidário;
- Continuação da dinamização do CLAS da Rede Social - no âmbito do trabalho promovido pela Rede Social, tendo sido realizadas 12 reuniões, de periodicidade mensal, com o Núcleo Executivo local (composto por 7 entidades parceiras) e 4 reuniões plenárias com os elementos do Conselho Local de Ação Social (45 entidades parceiras), com o objetivo de colocar em prática estratégias de desenvolvimento social do concelho. Foram ainda realizadas ações de informação, cujo tema se prendeu com as áreas de intervenção prioritária para o concelho, nomeadamente com a proteção das crianças e jovens e com a prevenção da saúde na Terceira Idade;
- Sinalização e encaminhamento de agregados familiares em situação de carência alimentar, para a resposta Cantina Social;
- Promoção de parcerias e do trabalho em rede, nomeadamente na identificação de situações de vulnerabilidade social e económica e, encaminhamento para apoios/respostas sociais promovidos pela Segurança Social;
- Realização de visitas conjuntas com o Núcleo de Programas Especiais da GNR, no âmbito do Programa Idoso em Segurança, com o objetivo de assegurar as respostas adequadas a cada situação de isolamento;
- Implementação da Comissão Municipal de Apoio ao Idoso da Câmara Municipal do Peso da Régua.



GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL

O Gabinete de Inserção Profissional (GIP) é um gabinete de apoio a jovens e adultos desempregados, na elaboração ou desenvolvimento do seu percurso de inserção ou reinserção no mercado de trabalho, em cooperação com os vários Centros de Emprego a nível nacional, mas principalmente em estreita parceria com o Centro de Emprego de Vila Real.

O Gabinete encontra-se em atividade desde 2009 e, está situado na estrutura central da Câmara Municipal do Peso da Régua. São diversas as áreas de atividade do GIP, tais como, formação profissional para jovens e adultos desempregados, apoio à procura ativa de emprego, acompanhamento personalizado dos desempregados em fase de inserção ou reinserção profissional, captação de ofertas de entidades empregadoras, divulgação de ofertas de emprego e colocação de desempregados nas ofertas disponíveis e adequadas, encaminhamento para ofertas de qualificação, controlo de apresentação periódica dos beneficiários das prestações

de desemprego, entre outras atividades consideradas necessárias aos desempregados inscritos nos Centros de Emprego.

Para fazer face ao desemprego local, o GIP procurou em parceria com as diversas entidades empregadoras do concelho, fomentar a contratualização e a inserção profissional de desempregados, promovendo desta forma mais e melhores condições de trabalho para os munícipes.

No ano de 2019, a Técnica Animadora do GIP realizou 43 novas inscrições.

No período de janeiro a dezembro de 2019, o GIP desenvolveu 10 Sessões Informativas de Medidas Apoio ao Emprego, 33 Sessões de Informação relativas aos Direitos e Deveres dos Desempregados Subsidiados, 49 Ações de Apoio à Procura de Emprego e Desenvolvimento da Atitude Empreendedora, 12 Sessões de Encaminhamento para Ofertas de Emprego e por fim, 3 Sessões de Encaminhamento de Utentes para Formação Profissional, tendo trabalhado um total de 794 utentes.

No que respeita à parte do atendimento ao público, são recebidos diariamente no GIP, uma média de 4 a 6 utentes, onde a Técnica Animadora presta apoio aos mesmos na procura ativa de emprego, elaboração dos respetivos currículos vitae e cartas de apresentação e informação sobre as diversas medidas de apoio promovidas pelo IEFP, I.P, perfazendo uma média de 130 atendimentos/mês.

Foram registadas 19 novas ofertas de emprego e cerca de 8 utentes desempregados ficaram colocados. Foram encaminhados para entrevistas, através de sites de procura ativa de emprego e jornais locais, cerca de 512 utentes.

No âmbito das suas atividades, o GIP presta também apoio, na submissão de candidaturas às diversas Medidas Ativas de Emprego e Medidas de Apoio à Contratação, tendo sido estabelecidas parcerias com 39 Entidades Privadas e Públicas, 31 das quais pertencentes ao Concelho do Peso da Régua, tendo sido submetidas 46 candidaturas e colocados 68 munícipes reguenses. Posteriormente, as mesmas Entidades foram também apoiadas na gestão dos processos das suas candidaturas, nomeadamente no preenchimento de mapas de assiduidade, listagem de despesas pagas, elaboração de contratos, pedidos de reembolso, pedidos de encerramento de projetos, entre outras questões, em articulação com os Técnicos do Serviço de Emprego de Vila Real. Para além do apoio que o GIP tem vindo a dar às diversas entidades do concelho, surgiu também a necessidade de apoiar outras Entidades de zonas mais limítrofes, nomeadamente nos Concelhos de Lamego, Vila Real, Santa Marta de Penaguião, Sabrosa, Alijó e Mesão Frio.

Na parte respeitante à formação profissional, o gabinete conseguiu proporcionar o encaminhamento de 45 munícipes para ofertas formativas, nomeadamente para Cursos de Formação Modular, Cursos de Aprendizagem para Jovens e Educação e Formação de Adultos (EFA), em diversas áreas tais como, Técnico de Mesa e Bar, Técnico Multimédia, Técnico de Turismo Ambiental e Rural, Operador de Jardinagem, Geriatria, Assistente Familiar e Apoio à Comunidade, entre outras áreas e também, para uma formação desenvolvida localmente, na

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'EP' and 'M'.

área de Marinheiro de 2ª de Tráfego Local, em parceria com a Entidade FOR-MAR. Uma outra resposta do Gabinete passa pela disponibilização de informação aos munícipes sobre a existência de outras possibilidades a nível formativo, ou pelo encaminhamento formal ou informal, para outras Entidades locais, tais como a ARDAD, Associação de Desenvolvimento da Régua (ADR), Talentus, A2000, Associação de Agricultores do Baixo Corgo, Escola Secundária Dr. João de Araújo Correia e Escola Profissional de Desenvolvimento Rural da Régua.

São ainda de destacar, as várias parcerias que o GIP tem estabelecido ao longo do tempo, com o objetivo essencial de dar uma resposta mais célere, válida e individualizada a todas as necessidades sentidas ao nível do emprego pelos seus munícipes, orientando-os e encaminhando-os sempre para a oportunidade mais viável, existente em cada momento. Neste momento, os parceiros de destaque que colaboram de uma forma direta com o GIP são o Centro de Emprego de Vila Real, o Gabinete de Ação Social do Município, o Instituto da Segurança Social de Peso da Régua, o projeto CLDS 4G e ainda, o projeto Escolhas D'ouro.

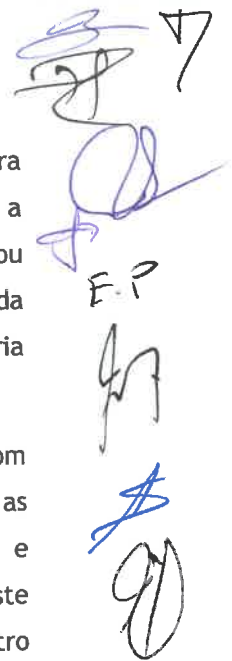
As dificuldades económicas que ainda se fazem sentir no nosso país, levam a que as taxas de desemprego se mantenham, em níveis consideravelmente elevados. É precisamente neste sentido que a atuação do GIP se torna essencial, pois, em conjunto com os parceiros locais anteriormente referenciados é possível responder de uma forma mais individualizada a todas as carências sentidas pelos munícipes do concelho.

EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS

Uma política de desenvolvimento desportivo, que se requer sustentada, exige a definição de um conjunto de valores pelas quais se deverá reger. Devemos possuir valores orientados para o acesso à prática desportiva das nossas populações e comunidades, promovendo uma maior e melhor qualidade de vida. Caberá neste contexto aproveitar todas as situações, que orientem à participação no desporto, os diferentes grupos etários e sociais da população.

Este relatório tem por objetivo divulgar e dar a conhecer as horas de ocupação/utilização de cada equipamento desportivo.

- Qualidade - O praticante desportivo é, nos dias de hoje, mais exigente, evidenciando maiores conhecimentos sobre a prática desportiva e dispensando de um leque variado de atividades que pode realizar nos seus tempos livres. Assim, os programas das instalações desportivas devem proporcionar níveis de qualidade que permitam ser suficientemente atrativas e mobilizadores para uma prática desportiva regular.



▪ Inovação - Uma das características da sociedade atual é a procura incessante da novidade e da diferença. As práticas desportivas, sobretudo as mais recentes apresentam essa capacidade de se adaptarem às particularidades e às necessidades de cada indivíduo. Para ele, o Desporto é uma fuga à motivação, à rotina. Pretendemos, sempre, ser capazes de corresponder a uma sociedade em constante mutação.

▪ Cooperação - O sucesso de implementação do plano desportivo é fortemente influenciado pela capacidade mobilizadora de várias agentes desportivos. É fundamental que estejam imbuídas do mesmo espírito, numa orientação clara para os objetivos que se pretendam atingir.

Objetivos estratégicos:

- Promover uma população mais ativa e saudável, mobilizando mais praticantes e promovendo melhores praticas desportivas;
- Procurar, cada vez mais, dar uma resposta mais ambiciosa às IPSS, para que os nossos Idosos tenham uma atividade desportiva mais motivadora e direcionada;
- Reconhecer que o Desporto é considerado fundamental para a qualidade de vida desta população, atendendo aos benefícios físicos e psicossociais;
- Despertar um maior interesse em manter um estilo de vida ativo e saudável, o desporto passou a fazer parte das rotinas quotidianas da população sénior;
- Incrementar a formação de uma cultura de prática desportiva que fará com que as pessoas queiram praticar desporto ao longo da vida.

Atividades/eventos desportivos no Pavilhão Multiusos António Saraiva

- Atividades da EB 2/3;
- Jogos dos quadros competitivos das diversas modalidades coletivas, (Futsal, Andebol, Voleibol), em todos os escalões etários;
- Treinos das diversas modalidades coletivas em todos escalões etários;
- Férias 100%;
- Jogos no âmbito do Desporto Escolar;
- Atividades do Boccia Sénior com diversas Instituições do nosso Concelho;
- ARDAD/atividades desportivas;
- Centro Desportivo Municipal;
- Torneios de Andebol em vários escalões;
- Festandes de Andebol em vários escalões de formação;
- Torneios de Futsal;
- Dança/Zumba;
- Ensaios do Rancho Folclore de Godim;
- Gala do Desporto/Município;
- Festa do Patronato;

- Festa de Natal do Centro Escolar Alameda;
- Festa de Natal do Centro Escolar Alagoas;
- Festas de encerramento de diversas escolas.

O Pavilhão Multiusos António Saraiva continua com a carga horária elevada, chegando por vezes a ultrapassar os seus limites físicos (Gráfico 5).

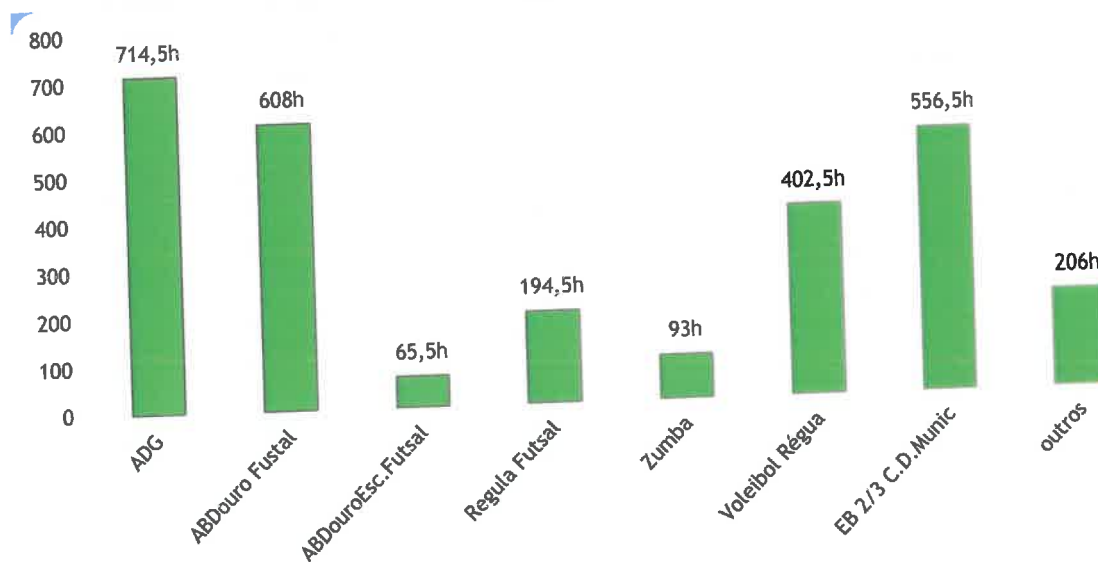


Gráfico 5 - Ocupação do Pavilhão Municipal

Atividades/Eventos desportivos realizados no Estádio Municipal Artur Vasques

- Torneios de futebol (Iniciados; Juvenis; Juniores; Veteranos/Velhas Guardas);
- Torneio da Academia (Sub13; Sub12; Sub11; Sub10; Sub9; Sub8);
- Treinos e jogos dos quadros competitivos dos diversos escalões do clube;
- Férias 100%;
- Jogos de futebol/convívio.

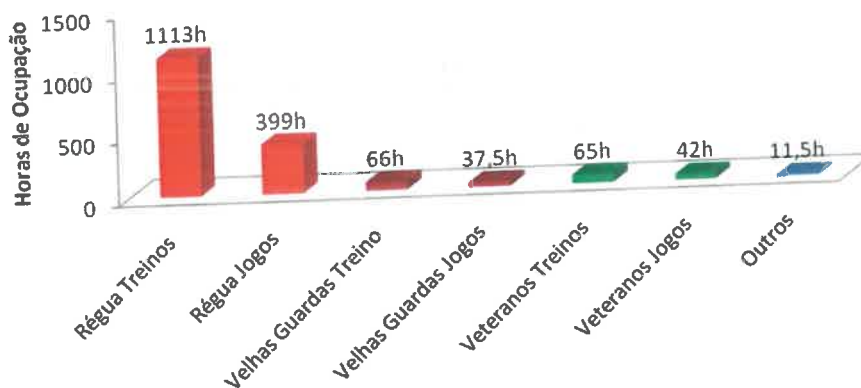


Gráfico 6 - Ocupação do Estádio Municipal

Instalações	Nº total de utilizadores	Nº total de horas
Pavilhão Municipal	26.736	2.840,5
Estádio Municipal	28.053	1.734,0
Total	53.196	4.574,5

Quadro: Número de utilizadores e horas de utilização dos respetivos equipamentos desportivos.

PISCINAS MUNICIPAIS

De forma a ir ao encontro das necessidades da população, visando o lazer, desporto e saúde, as Piscinas Municipais têm ao dispor dos utentes as seguintes modalidades: Natação para bebés, crianças, adultos e competição; Hidrobike; Hidroginástica; Hidroterapia e Aulas de Grupo (Dance Kids; Zumba; Step; Treino Funcional; G.A.P.; Cardiofit e Localizada); Aerodance; Treino Hiit ; Core, Pilates, Body Jump e Fit Bum bum.

A natação no Pré-escolar e 1º Ciclo tem sido uma das prioridades do município, tendo usufruído deste projeto cerca de 427 crianças. No 2º e 3º Ciclo 490 crianças usufruíram das nossas instalações. O número total de utentes em 2019 nas classes organizadas foi de 1320, registando um total de 38.789 entradas. Do número registado de utentes, 72% são do sexo feminino e 28% do masculino.

As instalações destinam-se a servir, essencialmente, a população reguense, ainda assim, conseguem atrair público externo ao concelho do Peso da Régua - 66% dos utentes são do concelho, sendo que 34% são de outros concelhos.

De forma a promover a coesão social e um estilo de vida saudável, pontualmente foram organizados eventos para os munícipes, tais como o Carnaval (112 participantes), Dia internacional da mulher (40 participantes), Dia da Água Aquafamily (26 participantes), Halloween (85 participantes), 7º aniversário (321 participantes). A semana da juventude e desporto continua a ser uma referência no concelho, sendo que 1250 participaram ativamente neste evento.

A. Utesntes por idades

Menores de 18 anos	457
18 a 65 anos	651
Mais de	212

B. Utentes por Modalidade (Gráfico 7)

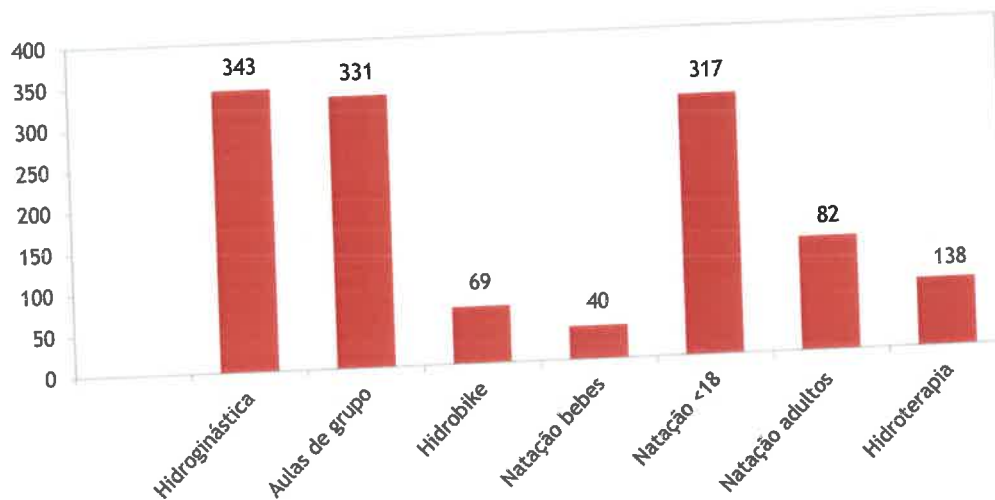


Gráfico 7 - Distribuição dos Utentes por Modalidade

C. Utilizadores em Geral (Gráfico 8)

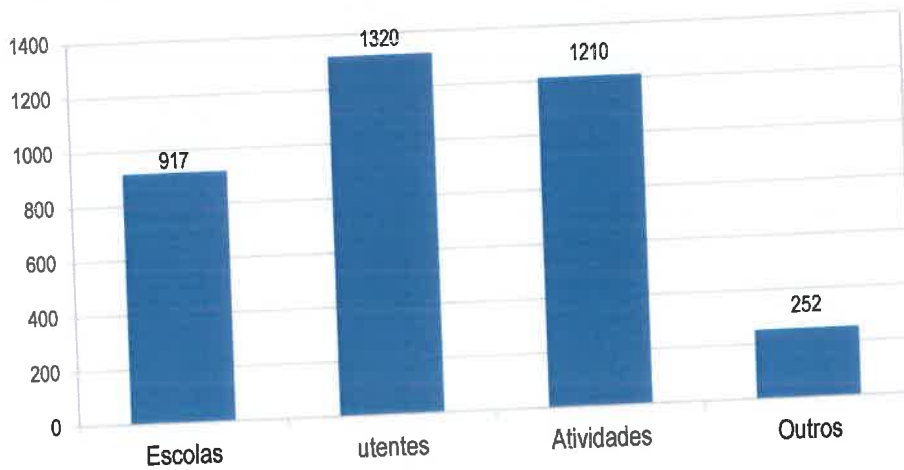


Gráfico 8 - Distribuição dos Utilizadores em Geral

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below, some with arrows pointing to the text.

[Handwritten signatures and initials in blue and black ink]

DAF
Divisão Administrativa e Financeira



DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS DO MUNICÍPIO

A importância da satisfação das necessidades coletivas exige, no caso da autarquia, que prossiga uma atividade organizada através de uma estrutura humana sem a qual não poderia funcionar. Os indicadores que passamos a apresentar representam um importante instrumento de análise da realidade social da autarquia, bem como as suas necessidades.

DISTRIBUIÇÃO POR CARGO/CARREIRA E GÉNERO

O número de trabalhadores em 31 de dezembro de 2019 era de 274, com clara predominância da carreira de assistente operacional. O número de homens e mulheres é muito aproximado, sendo que os homens constituem 51% dos trabalhadores, de salientar que as mulheres estão em maioria nas carreiras de técnico superior e assistente técnico. Verifica-se um rácio de 68,5 trabalhadores por dirigente. Mantém-se a média global de efetivos em 2019, comparativamente a 2018.

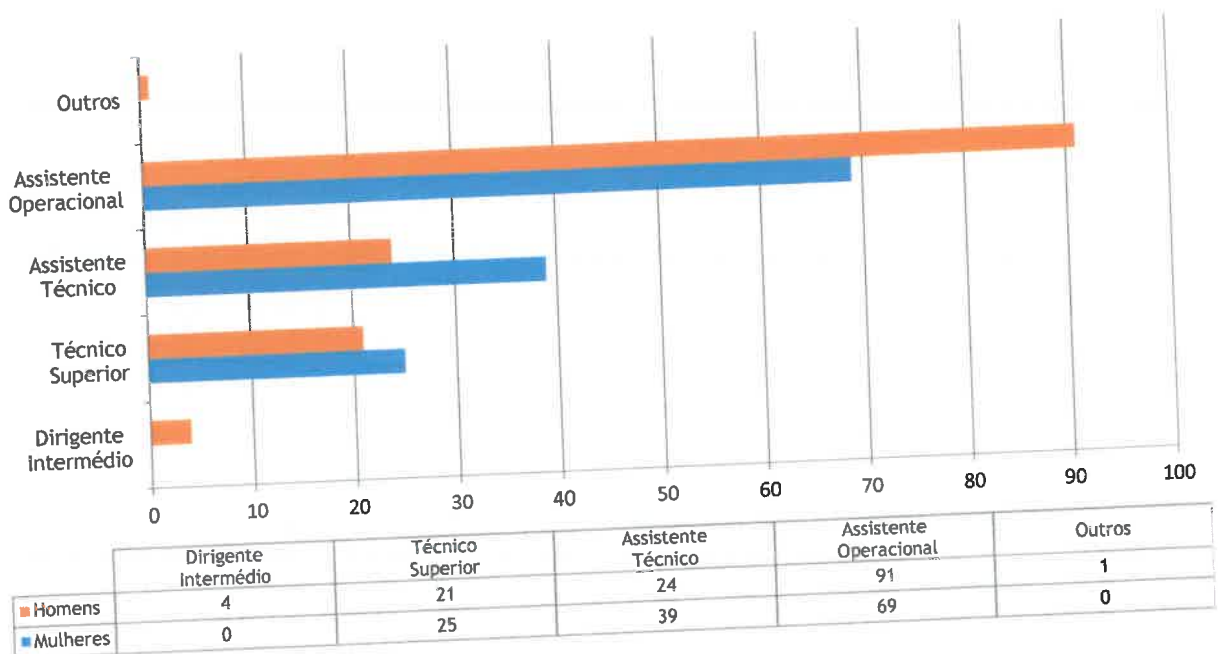


Gráfico 9 - Distribuição por cargo/carreira e género

		Dirigente - Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Outros	TOTAL
2019	H	4	21	24	91	1	141
	M	0	25	39	69	0	133
	T	4	46	63	160	1	274
2018	H	4	20	24	95	1	144
	M	0	22	36	78	0	136
	T	4	42	60	173	1	280
2017	H	4	20	25	89	1	139
	M	0	23	34	78	0	135
	T	4	43	59	167	1	274
2016	H	4	18	25	91	2	140
	M	0	21	35	77	0	133
	T	4	39	60	168	2	273
2015	H	4	18	25	93	2	142
	M	0	20	35	61	0	116
	T	4	38	60	154	2	258
2014	H	4	16	25	98	2	145
	M	0	21	36	79	0	136
	T	4	37	61	177	2	281
2013	H	5	16	26	102	2	151
	M	0	23	37	88	0	148
	T	5	39	63	190	2	299

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right side of the table, including the initials 'E.P.' and several illegible signatures.

MODALIDADE DE VINCULAÇÃO

O contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado constitui a modalidade de vinculação para mais de 89% dos trabalhadores, traduzindo uma preocupação com a estabilidade no emprego, o que contribui para o aumento dos índices de motivação e produtividade.

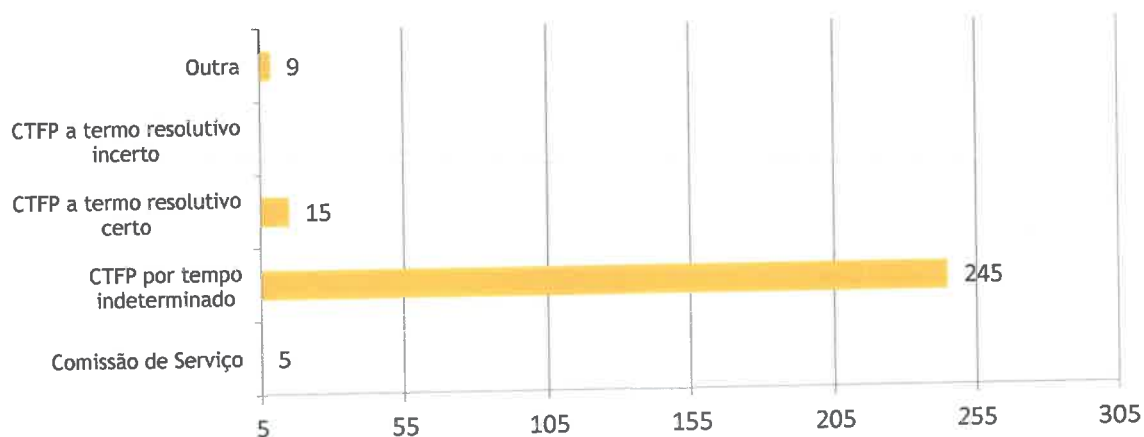


Gráfico 10 - Trabalhadores segundo a relação jurídica de emprego

	Dirigente Intermédio	Carreiras Gerais Técnico Superior	Carreiras Gerais Assistente Técnico	Carreiras Gerais Assistente Operacional	Outros	Total
Comissão de Serviço	4	0	0	0	1	5
CTFP por tempo indeterminado	0	31	63	151	0	245
CTFP a termo resolutivo certo	0	15	0	0	0	15
CTFP a termo resolutivo incerto	0	0	0	0	0	0
Outra	0	0	0	9	0	9
Total	4	46	63	160	1	274

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a signature at the top right, a signature below it, and the initials 'F.P.' and 'M.' in the middle, and another signature at the bottom.

DISTRIBUIÇÃO POR ESCALÃO ETÁRIO

Observando a distribuição por escalão etário, verifica-se que 35% dos funcionários têm entre 50 a 59 anos, 18 % têm 30 a 39 anos e 25% têm entre 40 a 49 anos de idade.

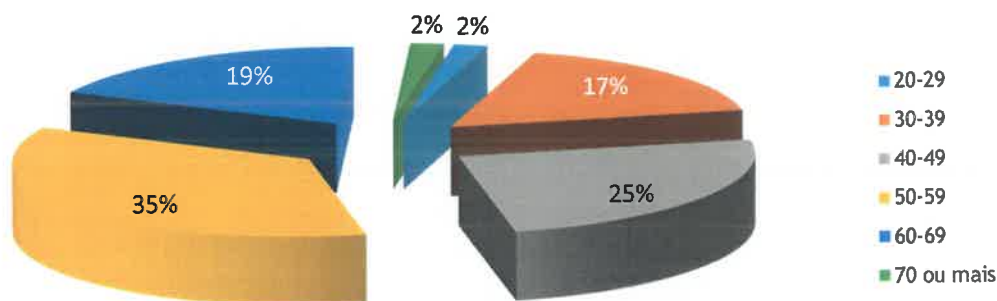


Gráfico 11 - Trabalhadores segundo faixa etária

O escalão etário mais representado é 50-59 anos, sendo que dos 97 funcionários que se situam neste intervalo etário, 45 são mulheres e 52 são homens, representando assim 35% do universo de trabalhadores, como se pode observar no seguinte quadro:

Escalão Etário	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65-69	70 ou +
Homens	0	3	7	14	19	16	24	28	23	6	1
Mulheres	0	2	6	21	17	16	14	31	16	6	4
Total	0	5	13	35	36	32	38	59	39	12	5
	5		48		68		97		51		5

A estrutura etária das diferentes carreiras apresenta-se no gráfico seguinte:

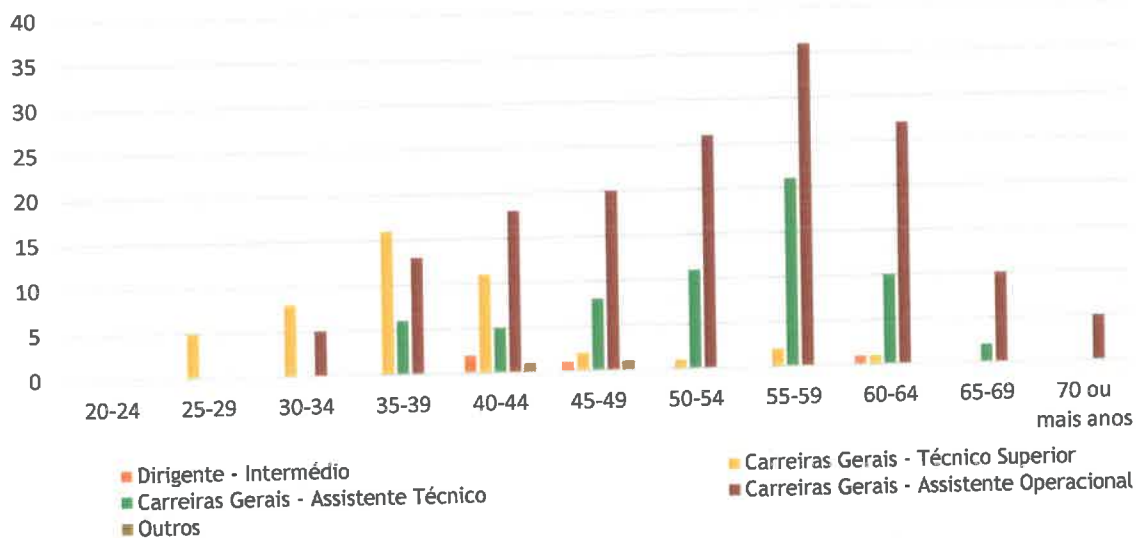


Gráfico 12 - Trabalhadores por escalão etário e cargo/categoria

Observa-se que nos escalões mais jovens, inferiores a 35 anos, predomina a carreira de técnico superior, enquanto que nos escalões com idades superiores a 40 anos, predomina a de assistente operacional.

ANTIGUIDADE

Da análise deste parâmetro verifica-se que mais de metade do total de trabalhadores, exerce as suas funções há mais de 10 anos, o que manifesta um sentido de continuidade na prestação do serviço à comunidade.

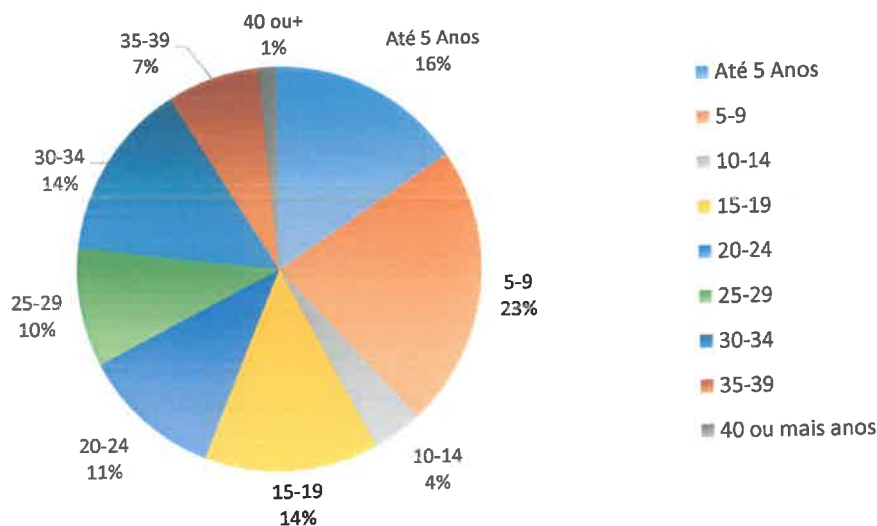


Gráfico 13 - Trabalhadores por escalão de antiguidade

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the letters 'F.P.' and various scribbles.

Analisando a antiguidade dos trabalhadores de acordo com a carreira/cargo, verifica-se que na carreira de técnico superior, cerca de 85% dos trabalhadores têm uma antiguidade inferior a dez anos; na carreira de assistente operacional, verifica-se um predomínio de trabalhadores com uma antiguidade até aos 9, entre os 15 e os 19 e os 20 e os 24 anos, perfazendo 108 dos 160 trabalhadores desta carreira.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including an arrow pointing to the top right and various illegible signatures.

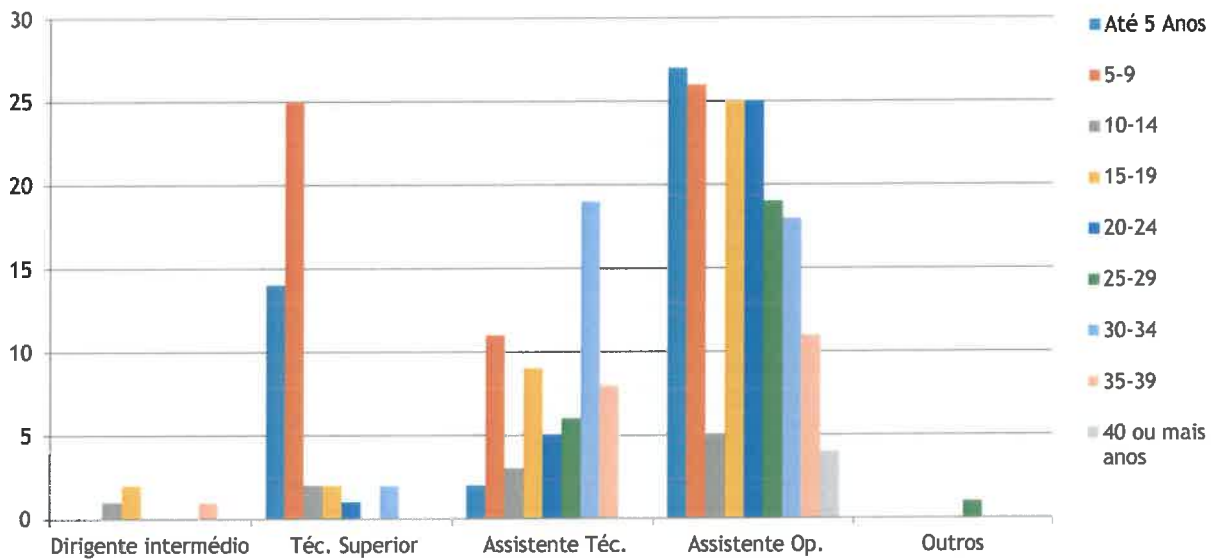


Gráfico 14 - Antiguidade dos trabalhadores de acordo com a carreira/cargo

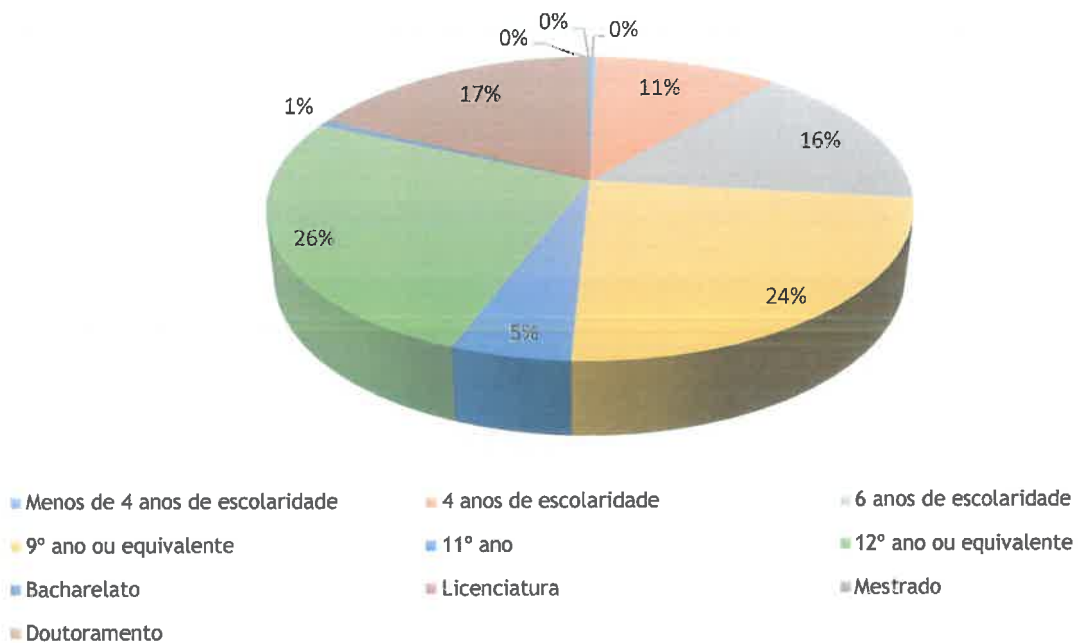


Gráfico 15 - Estrutura habilitacional dos trabalhadores

O Município tem efetuado um enorme esforço no sentido de promover ações de formação, que permitem aos seus trabalhadores uma melhoria efetiva do seu desempenho e da sua formação profissional e valorização pessoal.

Verifica-se que 17% dos trabalhadores possui licenciatura, enquanto 24% possuem o 9º ano ou equivalente, sendo 26% a percentagem de trabalhadores com o 12º ano.

	Dirigente Intermédio	Carreiras Gerais Técnico Superior	Carreiras Gerais Assistente Técnico	Carreiras Gerais Assistente Operacional	Outros	Total
Menos de 4º ano de escolaridade	0	0	0	1	0	1
4º ano de escolaridade	0	0	0	30	0	30
6º ano de escolaridade	0	0	3	40	0	43
9º ano ou equivalente	0	0	14	51	0	65
11º ano	0	1	7	6	0	14
12º ano ou equivalente	0	0	39	31	1	71
Bacharelato	0	2	0	0	0	2
Licenciatura	4	42	0	1	0	47
Mestrado	0	1	0	0	0	1
Doutoramento	0	0	0	0	0	0
Total	4	46	63	160	1	274

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the letters 'FP' and a large signature.

ABSENTISMO

Da análise do absentismo, é de assinalar a doença como o principal motivo de ausência ao trabalho, seguida da proteção na parentalidade.

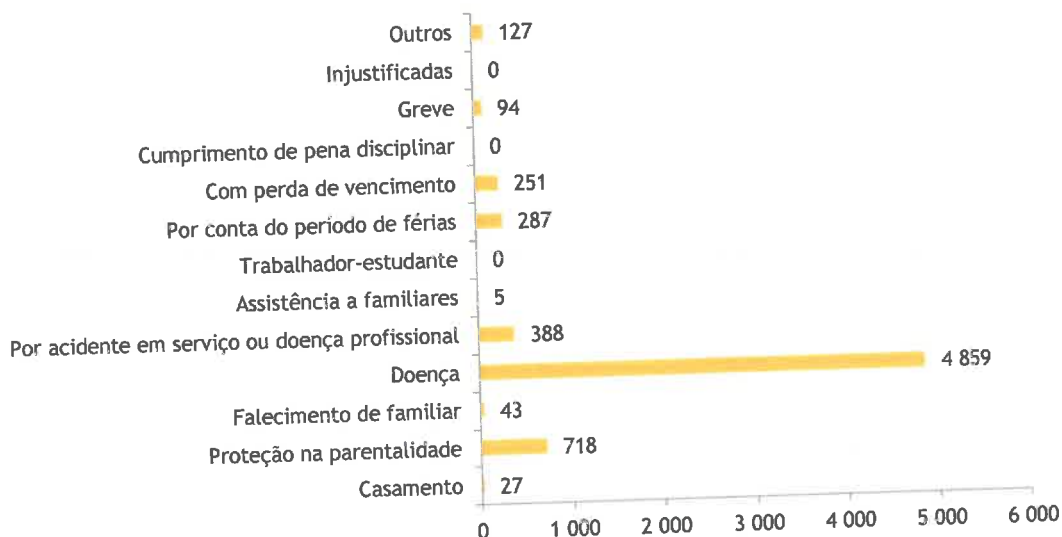


Gráfico 16 - Motivos para ausência ao trabalho

A carreira com maior taxa de absentismo é a de assistente operacional, com 69%, que resulta essencialmente de doença.

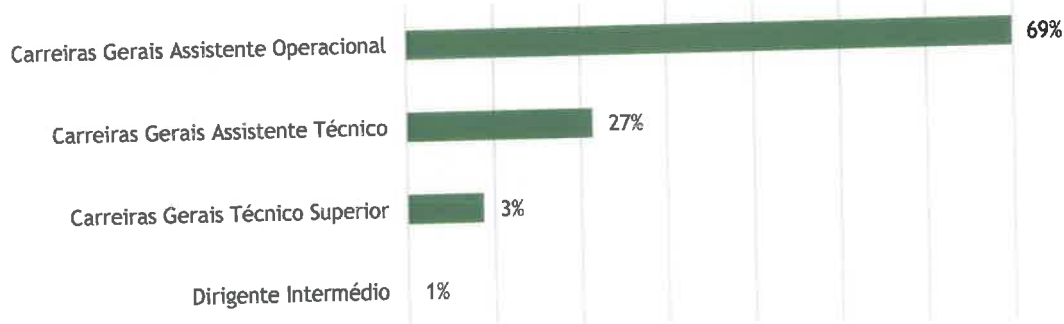


Gráfico 17 - Ausências por cargo/carreira

	Dirigente Intermédio	Carreiras Gerais Técnico Superior	Carreiras Gerais Assistente Técnico	Carreiras Gerais Assistente Operacional	Total
Dias de ausência	29	228	1 852	4 690	6 799

ENCARGOS COM O PESSOAL

Os encargos com o pessoal ascenderam em 2019 aos 4 385 082,98€, dos quais 73,2% destinaram-se ao pagamento de remunerações base.

	2019
REMUNERAÇÕES BASE	3 211 412,92 €
Suplementos Remuneratórios	256 260,08 €
Trabalho extraordinário (diurno e noturno)	42 354,06 €
Trabalho em dias de descanso semanal, complementar e feriados (não incluído em trabalho extraordinário)	160 079,22 €
Trabalho por turnos	
Abono para falhas	11 286,72 €
Ajudas de custo	15 184,04 €
Representação	27 356,04 €
Prestações Sociais	330 574,96 €
Abono de Família	6 089,72 €
Subsídio no âmbito de Proteção da Parentalidade	489,34 €
Subsídio de refeição	270 382,68 €
Subsídio por morte	
Benefícios Sociais	51 600,39 €
Outras prestações sociais	2 012,83 €

37
[Handwritten signature]

Execução Financeira



EXECUÇÃO FINANCEIRA

RECEITA

No que diz respeito à receita, durante o ano 2019 a sua execução financeira foi de 16.055.862,68€, que em termos percentuais representa 83,5% das previsões definidas em Orçamento.

Do valor global da receita cobrada líquida, 82,72% corresponde à receita corrente e 17,07% à receita de capital.

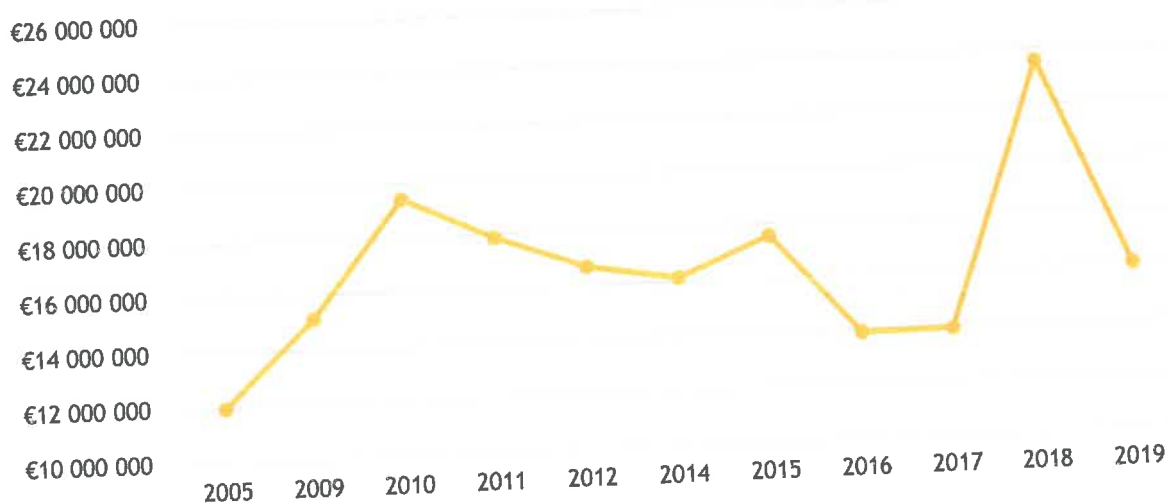
RECEITA		
Corrente	Capital	Outras
13.281.545,31€	2.740.920,78€	33.396,59€

Efetuada uma análise comparativa entre a receita estimada corrigida e a receita cobrada líquida, verificamos que, de uma previsão corrigida de 19.225.365,39 €, foram arrecadados 16.055.862,68 €, o que representa cerca de 83,5%.

2005	2009	2010	2011	2012
11.963.681€	15.145.548€	19.405.988€	17.859.606€	16.672.650€

2014	2015	2016	2017	2018	2019
16.132.479€	17.540.157€	13.871.674€	13.907.330€	23.556.701€	16.055.863€

Evolução da Receita desde 2005



Em 2018 as receitas arrecadadas apresentaram um aumento muito significativo. Este aumento deveu-se essencialmente à receita do empréstimo de substituição de dívida contratado em março de 2018.

Em 2019, a receita teve um decréscimo acentuado quando compara com o ano anterior, no entanto, se excluirmos da análise o ano 2018, verificamos que desde o ano 2016 o valor da receita cobrada tem vindo a aumentar.

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'E-P', 'M', and 'J']

RECEITA DE CAPITAL

De uma previsão orçamental corrigida de 4.180.490,63€, verificou-se uma execução financeira de 2.740.920,78€, correspondente a 65,6% da receita prevista.

Descrição		Receita Prevista	Receita Cobrada	% Execução
RECEITAS DE CAPITAL		4.180.490,63 €	2.740.920,78 €	65,6%
9.	Venda Bens de Investimento	906.661,80 €	1.124.986,69- €	124,1%
10.	Transferências de Capital	2.473.828,83 €	815.934,09 €	33,0%
12.	Passivos financeiros	800.000,00 €	800.000,00 €	100%
15.	Outras Receitas	100,00 €	33.250,69€	33.250,7%
16.	Saldo da Gerência Anterior	145,90 €	145,90 €	100,00%

Receitas de Capital



Tal como foi referido anteriormente as receitas de capital comparativamente com o ano anterior tiveram um decréscimo em virtude da contratação em 2018 do empréstimo de substituição de dívida, no valor aproximado de 9 milhões de euros.

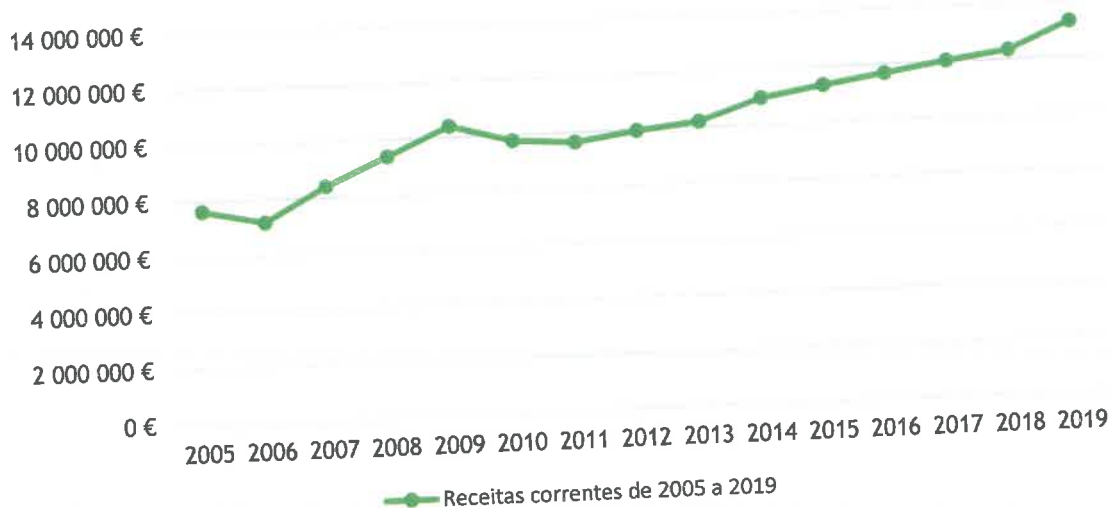
RECEITA CORRENTE

Ao nível da execução orçamental da receita corrente verificamos que, de uma previsão corrigida de 15.044.628,86€, foram arrecadados 13.281.545,31€ correspondente a cerca 88,3% da receita inicialmente prevista.

2005	2009	2010	2011	2012	2013
7.640.459€	10.385.315€	9.774.005€	9.637.313€	9.957.712€	10.204.338€

2014	2015	2016	2017	2018	2019
10.956.173€	11.341.116€	11.668.201€	12.027.617€	12.331.154€	13.281.545€

Evolução das Receitas Correntes de 2005 a 2019



As receitas correntes apresentam um crescimento sustentado, mantendo a tendência dos últimos anos.

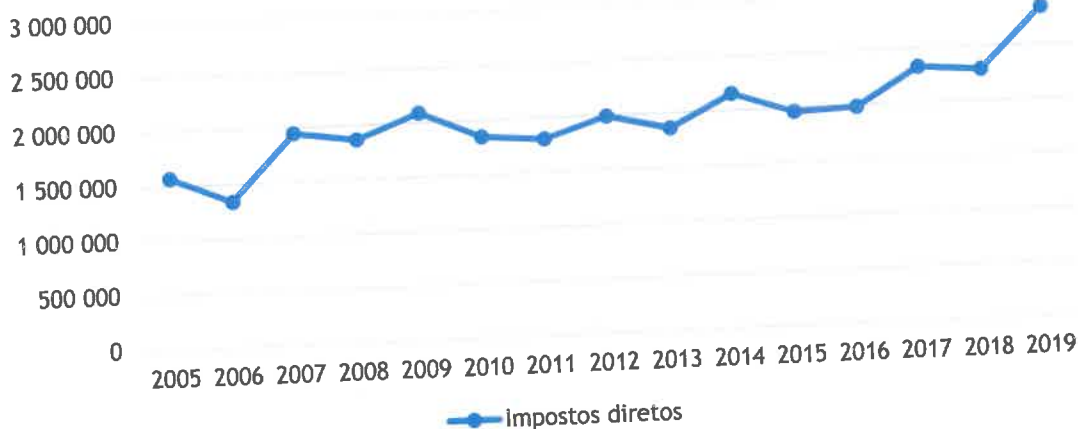
Nos quadros seguintes podemos verificar, de forma detalhada, a execução financeira de cada uma das sub-rubricas.

Descrição	Receita Prevista	Receita Executada	% Execução
01. Impostos Diretos	2.381.517,09€	2.840.562,29€	119,3%

2005	2009	2010	2011	2012	2013
1.569.010€	1.087.583€	1.846.892€	1.804.999€	1.991.458€	1.860.554€

2014	2015	2016	2017	2018	2019
2.153.795€	1.963.703€	1.986.097€	2.330.018€	2.286.830€	2.840.562€

Evolução dos Impostos Diretos de 2005 a 2019



Handwritten notes and signatures in blue ink, including the letters 'FI' and 'M'.

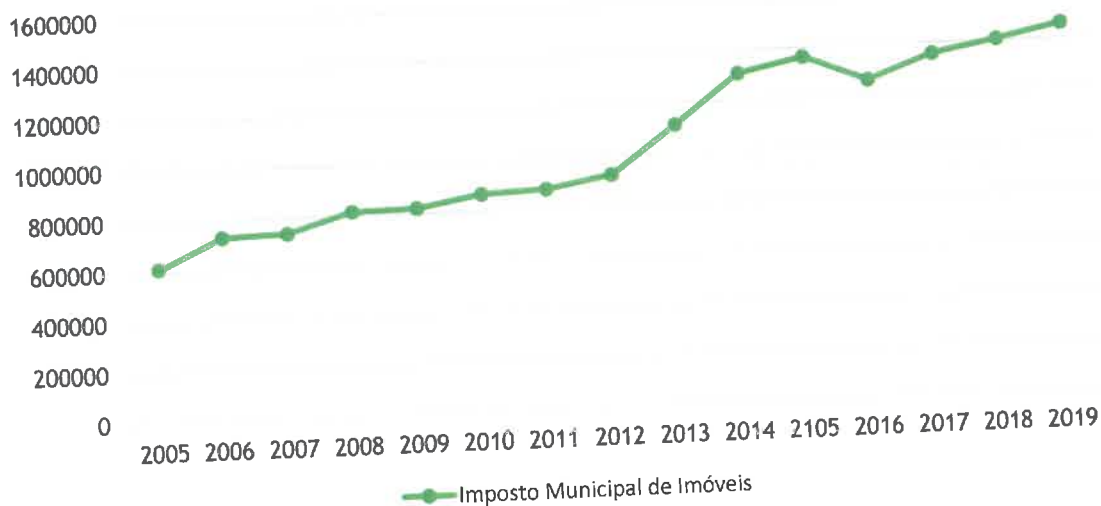
Comparativamente com o ano anterior, os impostos diretos apresentam um aumento de 24,3%. Este aumento deve-se essencialmente ao Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, que teve um aumento 102,9% relativamente ao ano anterior.

Descrição	Receita Prevista	Receita Executada	% Execução
01.02.02. IMI-Imposto Municipal s/imóveis	1.407.483,22€	1.459.141,78€	103,7%

2005	2009	2010	2012	2013
612.419€	819.067€	866.589€	923.115€	1.112.588€

2014	2015	2016	2017	2018	2019
1.307.361€	1.362.889€	1.261.797€	1.356.359€	1.404.078€	1.459.142€

Evolução das receitas do IMI de 2005 a 2019



Em relação ao imposto municipal sobre imóveis, a receita do ano 2019 teve um aumento de 3,7% relativamente ao valor previsto inicialmente, registando ainda um aumento de 55.064€ quando comparada com a receita arrecadada no ano anterior.

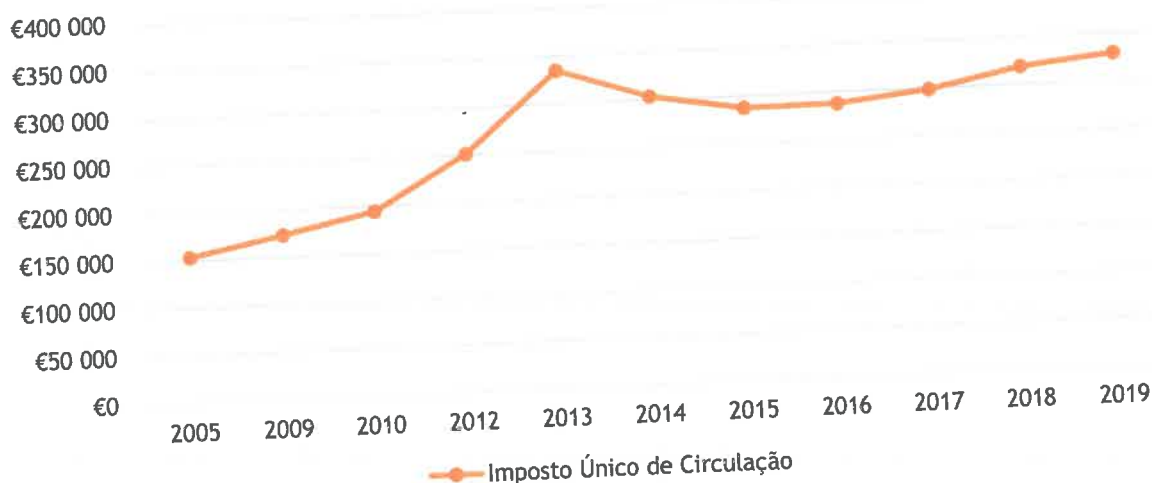
[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'F-P' and 'AOP']

Descrição	Receita Prevista	Receita Executada	% Execução
01.02.03. IUC-imposto Único de Circulação	314.009,99€	329.245,52€	104,9%

2005	2009	2010	2012	2013
15.443€	173.465€	194.292€	250.810€	334.504€

2014	2015	2016	2017	2018	2019
303.294€	287.304€	287.773€	298.506€	318.539€	329.246€

Evolução das receitas IUC de 2005 a 2019



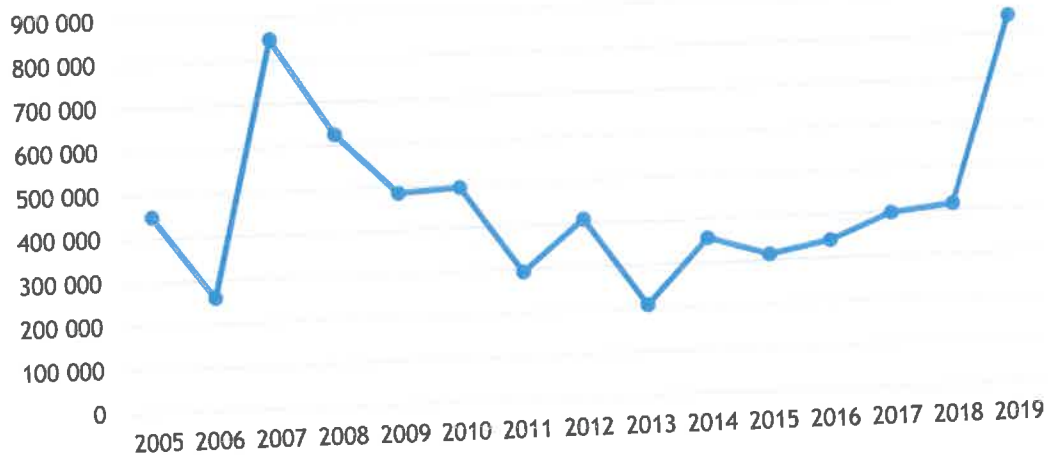
Quanto à receita derivada do Imposto Único de Circulação, apresenta um aumento de 3,4% face ao ano anterior.

Descrição	Receita Prevista	Receita Executada	% Execução
01.02.04. IMT-Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas	453.143,24€	841.303,26€	185,7%

2005	2009	2010	2012	2013
449.095€	485.125€	493.223€	409.428€	207.356€

2014	2015	2016	2017	2018	2019
356.107€	313.509€	340.228€	398.563€	414.631€	841.303€

Evolução das receitas IMT de 2005 a 2019



Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large signature and some illegible scribbles.

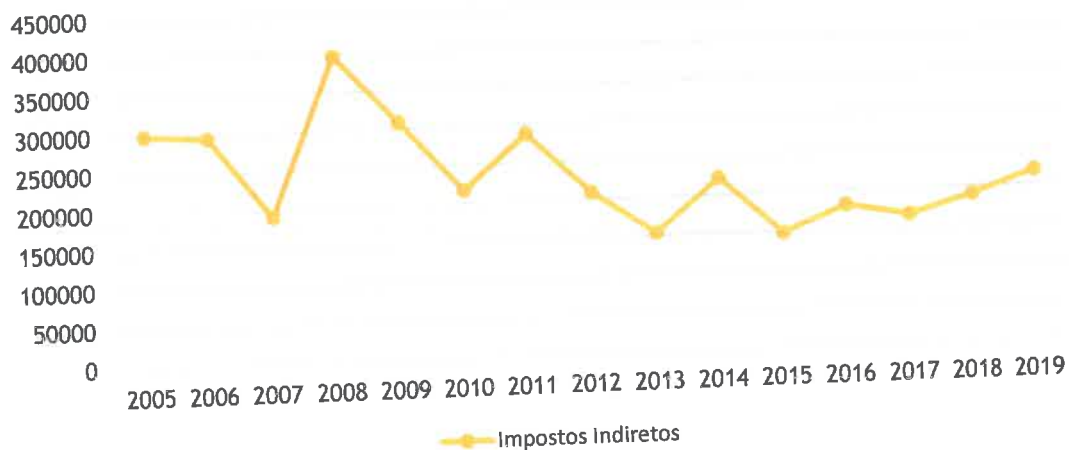
Como se pode verificar, o Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis apresentou um aumento considerável face ao ano anterior no valor de 426.672€

Descrição	Receita Prevista	Receita Executada	%. Execução
02. Impostos Indiretos	171.513,20€	218.776,69€	127,6%

2005	2008	2009	2012	2013
300.349€	396.202€	308,371€	209.270€	153.763€

2014	2015	2016	2017	2018	2019
222.004€	148.370€	181.225€	166.219€	190.091€	218.777€

Evolução das receitas provenientes dos impostos indiretos entre 2005 e 2019



A receita referente aos impostos indiretos apresenta valores superiores aos previstos, e comparativamente com o ano anterior teve um aumento de aproximadamente 15,1%

Execução orçamental das rubricas 04.05.06.07.08.

Descrição	Receita Prevista	Receita Executada	% Execução
04. Taxas, Multas e Outras Penalidades	345.184,68€	366.869,44€	106,3%
05. Rendimentos de Propriedades	855.000,00€	616.088,83€	72,1%
06. Transferências Correntes	8.343.813,89€	7.383.406,04€	88,5%
07. Venda de Bens e Serviços Correntes	1.979.000,00€	1.246.747,14€	63,0%
08. Outras Receitas Correntes	968.600,00€	609.094,88€	62,9%

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large arrow pointing down and the initials 'F.P.' and 'J.M.'.

Ao nível das receitas correntes, o executivo não efetuou qualquer atualização ou ajustamento de rendas, taxas, tarifas ou preço, mantendo esta política desde 2005.

Tal como tem assumido, é na área do ambiente que tem sido efetuado um apoio efetivo, permanente e transversal a todos os municípios.

DESPESA

A previsão corrigida da Despesa Orçamental 2019 foi de 19.225.365,39€, dos quais foram assumidos como compromissos 19.055.417,70€.

A despesa paga durante o ano em análise totalizou 16.265.935,87, valor que originou uma execução global de 84,61%.

DESPESA DE CAPITAL

No que respeita à Despesa de Capital, a previsão corrigida foi de 5.135.916,63€, sendo 5.101.455,79€ o valor dos compromissos assumidos no exercício.

Ao nível da despesa comprometida e paga, foram executados 4.019.436,82€, o que corresponde a 78,26% da despesa prevista.

Execução orçamental das rubricas 07.08.09.10.

Descrição	Dotações Corrigidas	Compromissos Assumidos	Despesa Paga	% Exec.
07. Aquisição de Bens de Capital	2.914.623,81 €	2.880.162,97 €	1.805.844,08€	61,96%
08. Transferências de capital	354.038,37 €	354.038,37 €	346.338,37 €	97,83%
09. Ativos Financeiros	111.786,00 €	111.786,00€	111.786,00 €	100,00%
10. Passivos Financeiros	1.755.468,45 €	1.755.468,45 €	1.755.468,37 €	100,00%

DESPESA CORRENTE

Relativamente à execução orçamental nas rubricas de despesa corrente, verificamos que, de uma previsão corrigida de 14.089.448,76€, foram assumidos como compromissos 13.953.961,91€, dos quais 12.246.499,05€ correspondem à despesa efetivamente paga, valores que representam uma execução de 86,92% face ao previsto.

Esta rubrica reflete todos os custos de funcionamento municipal: recursos humanos; custos operacionais; atividades realizadas e apoiadas pelo município; apoio social, desportivo, cultural e recreativo.

Durante o ano 2019, as tarifas de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos, mantiveram-se inalteradas, sendo esta a principal forma de apoio a todos os municípios.

O Município, em 2019, não só manteve todos os valores das taxas, preços e tarifas, que tinha, como nem sequer procedeu à sua atualização, tal como está previsto na lei, como forma de manter um apoio permanente a todas as famílias residentes no Concelho.

Para que se possa analisar dados objetivos sobre o défice existente no setor da água, saneamento e recolha de resíduos sólidos urbanos (lixo) centremo-nos no mapa seguinte:

Descrição do serviço	Receita	Despesa	Saldo
Recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos	201.327,00€	694.855,54€	-493.528,54€
Tratamento de efluentes (saneamento)	308.235,19€	818.064,54€	-509.829,35€
Abastecimento de água	453.312,45€	1.360.938,15€	-907.625,70€
Total	962.874,64€	2.873.858,23€	-1.910.983,59€

O valor apresentado na despesa com abastecimento de água, apenas se refere à compra de água que é efetuada às Águas do Norte. Pelo que todos os custos inerentes à distribuição em baixa, manutenção e reparações da rede são custos municipais que não estão refletidos neste défice apresentado.

Do exposto, verificamos que o défice total nestas três áreas de prestação de serviços apresenta um défice anual superior a 1.910.983,59€, ao que temos de acrescentar todos os custos da estrutura municipal de gestão da rede em baixa que estimamos ser superior a 750.000€, pelo que o défice anual de gestão e exploração destas três áreas pode ascender a 2.650.000€.

RÁCIOS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

De seguida, apresentam-se, alguns indicadores/rácios que traduzem a evolução das competências e atividades do Município, nos últimos nove anos, no que respeita ao interesse

público, tendo em vista a satisfação das necessidades coletivas das populações, relacionadas com as funções gerais, sociais, económicas e outras atribuídas ao Município.

RÁCIOS DE ESTRUTURA	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Impostos Direto/Receita Corrente	20%	19%	19%	20%	19%	20%	18%	17%	20%	19%	23%
Venda de Bens e Serviços Correntes /Receita Corrente	10%	10%	10%	12%	10%	10%	9%	10%	10%	14%	9%
Transferências Correntes/Receita Corrente	54%	56%	56%	52%	60%	57%	60%	57%	56%	58%	55%
Transferências de Capital / Receita de Capital	78%	73%	82%	99%	47%	91%	87%	72%	66%	11%	30%
Passivos Financeiros / Despesa de Capital	16%	5%	0%	0%	0%	0%	6%	15%	13%	55%	20%
Receita Corrente / Receita Total	69%	51%	54%	60%	49%	68%	65%	84%	87%	53%	83%
Receita de Capital / Receita Total	31%	49%	46%	40%	45%	28%	33%	15%	13%	47%	17%

RÁCIOS DE GESTÃO	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Despesa com Pessoal / Despesa Corrente	50%	51%	50%	47%	42%	45%	50%	45%	49%	35%	41%
Despesa com Pessoal / Despesa Total	29%	23%	26%	28%	23%	28%	25%	32%	33%	20%	31%
Despesa com Pessoal / Receita Corrente	43%	46%	49%	43%	46%	40%	38%	38%	38%	38%	37%
Aquisição de Bens e Serviços / Despesa Corrente	38%	35%	33%	30%	38%	41%	36%	41%	37%	49%	43%
Despesa Corrente / Receita Corrente	86%	91%	98%	92%	110%	89%	76%	84%	79%	110%	91%
Despesa de Capital / Receita de Capital	132%	110%	104%	95%	96%	134%	152%	186%	249%	90%	147%
Despesa de Total / Receita de Total	100%	100%	101%	93%	97%	98%	100%	99%	100%	100%	100%

RÁCIOS DE INVESTIMENTO	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Investimento (PPI) / Despesa de Capital	86%	91%	88%	82%	86%	77%	77%	41%	54%	42%	45%
Investimento (PPI) / Despesa Total	35%	49%	42%	33%	39%	29%	39%	12%	17%	18%	11%
Transf. projetos cofinanciados / Receita Total	1%	24%	25%	28%	15%	22%	26%	7%	2%	3%	1%
Transf. projetos cofinanciados / Investimento (PPI)	2%	48%	59%	89%	40%	78%	66%	62%	12%	15%	8%
Investimentos/População Residente*	280€	507€	435€	303€	460€	273€	398€	100€	149€	257€	111€

*censos 2001 e 2011, estimativa INE

ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DE DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO

O serviço de dívida de médio e longo prazo contempla todos os empréstimos contratados pelo Município e aos quais estão associados empréstimos com prazos superiores a cinco anos.

Empréstimos	2005	2009	2012	2013	2014
Não Excecionados	1.346.994 €	3.801.443 €	4.922.174 €	9.337.637 €	8.547.280 €
Excecionados	4.562.722 €	3.289.920 €	4.618.865 €	4.257.857 €	3.891.702 €
Excecionado (Art. 82º da LOE/2017)	-	-	-	-	-
Total	5.909.716 €	7.091.363 €	9.541.039 €	13.595.494 €	12.438.982 €

Empréstimos	2015	2016	2017	2018	2019
Não Excecionados	7.752.780 €	6.955.386 €	6.307.817 €	11.513.061 €	10.821.276 €
Excecionados	3.517.921 €	3.151.263 €	2.780.868 €	1.857.518 €	1.593.835 €
Excecionado (Art. 82º da LOE/2017)	-	-	-	135.792 €	135.792 €
Total	11.270.701 €	10.106.649 €	9.088.685 €	13.506.371 €	12.550.903 €

O valor do endividamento de médio/longo prazo no final do ano 2019 é de 12.550.903€, verificando-se uma diminuição de 955.468€, comparativamente ao ano anterior. Esta diminuição corresponde à despesa paga durante o ano.

Dos valores em dívida, cerca de 12,7% correspondem a empréstimos anteriormente excecionados dos limites de endividamento.

No endividamento de médio longo prazo, inclui-se ainda o valor da dívida para exercícios futuros relativa a acordos de regularização de dívida celebrados pela autarquia e que totalizam o valor de 2.618.122.57€. Este montante compreende o acordo com a empresa Águas do Norte celebrado ao abrigo do art. 90.º da Lei do Orçamento de Estado para 2019, cuja dívida de médio longo prazo em 31/12/2019 é de 2.273.517,15€.

SERVIÇO DA DÍVIDA A CURTO PRAZO

O valor da dívida a curto prazo reflete todos os encargos assumidos e não pagos efetuados até ao final do ano de 2019 e encontram-se registados em dívidas a terceiros.

A relação de encargos de curto prazo assumidos e não pagos a 31/12/2019 é de 2.238.549,90€.

Descrição	2005	2009	2012	2013	2014
Dívidas a terceiros	5.225.163 €	6.791.314 €	8.217.333 €	3.674.773 €	4.472.755 €
Valores de reembolso	83.689 €	3.190.704 €	2.174.408 €	1.635.105 €	1.295.169 €
Saldo	5.141.474 €	3.600.610 €	6.042.925 €	2.039.668 €	3.177.586 €

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'FP' and 'R']

Descrição	2015	2016	2017	2018	2019
Dívidas a terceiros	5.379.234 €	3.387.977 €	2.803.118 €	4.841.249 €	2.238.549,90 €
Valores de reembolso	2.044.238 €	959.595 €	475.304 €	417.414 €	93.576,66 €
Saldo	3.334.996 €	2.428.382 €	2.327.814 €	4.423.835 €	2.144.973,24 €

DÍVIDA TOTAL DO MUNICÍPIO

A Lei nº 73/2013 de 3 de setembro estabelece o regime financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais.

O artigo 52º define a fórmula de cálculo do limite da dívida total:

“1 - A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54º, não pode ultrapassar em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

2 - A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.”

De acordo com o referido artigo apresentamos de seguida o cálculo da dívida total do município para o ano 2019.

APURAMENTO DO LIMITE DA DÍVIDA TOTAL DO MUNICÍPIO PARA 2019

Total Receita Corrente cobrada nos 3 últimos anos	36.026.972 €
Receita Corrente cobrada em 2016	11.668.201 €
Receita Corrente cobrada em 2017	12.027.617 €
Receita Corrente cobrada em 2018	12.331.154 €
Média da Receita Corrente Líquida	12.008.991 €
Limite da Dívida Total (1,5ª média da receita corrente líquida cobrada nos 3 últimos anos)	18.013.486 €

APURAMENTO DA DÍVIDA TOTAL EM 31/12/2019

Limite	Total da dívida a terceiros	Contribuição SM/AM/SEL/Ent.Part	Dívida Total	Dívida Total Excluindo Não Orçamentais e FAM	Montante em Excesso	Margem Absoluta	Margem Utilizável
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)=(5)-(1), se (5)>(1)	(7)=(1)-(5), se (5)<(1)	(8)=(7)*20%
18.013.486€	01/01/2019						
	18.899.057 €	897 €	18.899.954 €	18.171.602 €	158.116 €		
	31/12/2019						
	17.907.147 €	201 €	17.907.348€	17.258.656 €		754.829€	150.965€

Assim, a dívida total do município é de 17.258.656€, apresentando uma margem absoluta de 754.829€.

De salientar que esta diminuição da dívida total e a passagem de uma situação de excesso de endividamento para uma situação de margem, resulta da conclusão do acordo com a empresa Águas do Norte, em 2018 penalizou-nos e ficamos fora do limite do endividamento, em 2019 a finalização do acordo com a efetivação da cedência de infraestruturas celebrado com a empresa Água do Norte deu um forte contributo para voltar a ficar dentro do limite do endividamento.

RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Na sequência da passagem do património do município do Peso da Régua para a ADIN-Águas do Interior Norte, esta operação gerou uma mais valia de 418.934,75€, a essa mais valia tem de se somar a anulação dos subsídios ao investimento respeitantes a bens financiados transitados para a ADIN no valor de 1.813.301,28€.

No conjunto, a participação do município no capital da ADIN, resultou num impacto positivo de 2.232.236,03€ no resultado líquido de 2019 do Município do Peso da Régua.

Consideramos ser de destacar que no presente exercício o município apresentou um resultado líquido positivo na ordem dos 1.943.472€ em consequência, essencialmente, da mais-valia apurada no presente exercício, nomeadamente em proveitos extraordinários resultantes da operação de realização de capital social subscrito na sociedade Águas do Interior Norte, EIM, S.A. em que o Município participou no final do mês de novembro de 2019.

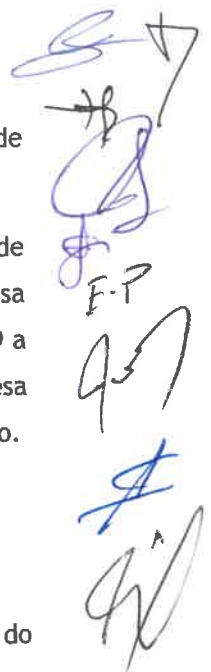
A propriedade dos equipamentos relacionados com a distribuição da água foi transferida do património do município para aquela sociedade através da realização de capital social em espécie nos termos do artº 28 do código das Sociedades Comerciais.

A mais-valia apurada resulta da diferença entre o valor atribuído a tais bens por um Revisor Oficial de Contas independente e o seu valor líquido contabilístico.

Por outro lado, o resultado líquido positivo do exercício também se encontra positivamente influenciado pela receita proveniente do contrato de concessão celebrado entre o Município e as Águas do Norte.

NOTA FINAL

Na sequência da pandemia que nos assola a Câmara Municipal de Peso da Régua tomou um conjunto de medidas que vão afetar a execução do orçamento de 2020, nas atuais condições e com as medidas que o município tomou até hoje estimamos que podemos vir a ter uma diminuição da receita entre os 10% e os 15%. Medidas que se enumeram de seguida.



MEDIDAS DE APOIO MUNICIPAL

FAMÍLIAS

Vamos manter:

- O fornecimento de cabazes alimentares a famílias carenciadas, com cortes de rendimentos, ou idosos isolados sem possibilidade de aceder a bens de primeira necessidade;
- A dinamização da página no Facebook Juntos em Casa para a promoção do sucesso educativo, ocupação do tempo livre das famílias e combate ao sedentarismo;
- O Centro de Rastreio instalado no Hospital D. Luíz I, para a realização de testes COVID;
- A linha telefónica de apoio social, disponível em permanência, monitorizada pelos técnicos do município;
- O reforço do Banco Local de Voluntariado com elementos de áreas diversas de atuação profissional;
- O reforço da Cantina Social;
- O transporte, em articulação com os Bombeiros Voluntários, de doentes COVID para as unidades hospitalares ou para a realização de testes sempre que se justifique;
- Os Espaços Polivalentes de Acolhimento de Emergência;
- A Linha de Apoio Psicossocial;
- A distribuição do leite escolar, aos alunos do 1.º ciclo do EB das freguesias rurais, como reforço de uma alimentação saudável e equilibrada.

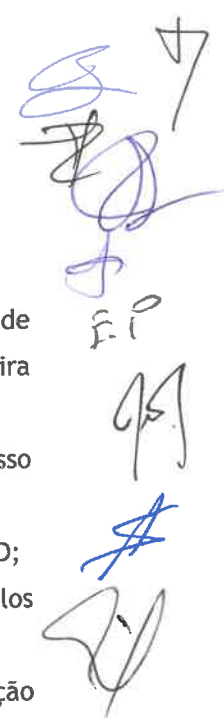
Vamos iniciar:

- A reavaliação das rendas de habitação social, propriedade do Município, para famílias com perda de rendimento;
- A atribuição de vales em compras no comércio tradicional, no valor da refeição escolar para os alunos dos escalões A e B;
- Atribuição de vales em compras - 0,50€/m³ de água consumido nos escalões domésticos, para utilizar no comércio tradicional de maio a julho;
- O transporte gratuito dos alunos do 11º e 12º anos das freguesias rurais para o Agrupamento de Escolas João de Araújo Correia;
- A transferência da área dedicada ao COVID do Centro de Saúde para o Hospital D Luíz I;
- A cedência de material informático, assim como equipamento de acesso à internet, para os alunos identificados pelo AEJAC com essa carência.

APOIO AO SETOR SOCIAL E ASSOCIATIVISMO

Vamos manter:

- O fornecimento de equipamentos de proteção individual às IPSS do concelho;
- O alojamento gratuito a profissionais de saúde e das IPSS, que tenham necessidade de isolamento;



- A articulação e cedência dos recursos humanos e logísticos às IPSS para a sua atividade diária;
- Apoio às IPSS na realização de testes de rastreio ao COVID-19.

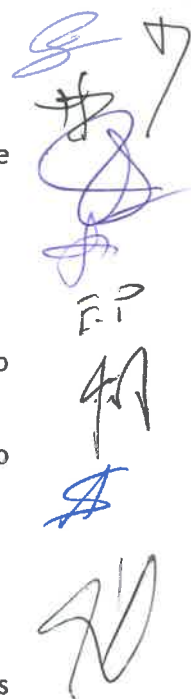
Vamos iniciar:

- A oferta gratuita de máscaras comunitárias às IPSS, para venda à comunidade ao preço simbólico de 1 euro;
- O reforço do apoio financeiro às IPSS e Associação de Bombeiros, no âmbito do aumento da despesa (eletricidade, gás, água, resíduos) e diminuição de receita.

COMÉRCIO LOCAL E EMPRESAS

Vamos proceder:

- Comparticipação dos 20% da contrapartida dos comerciantes, no âmbito das candidaturas a medidas de proteção ao COVID-19;
- Suspensão por um período de 4 meses da tarifa de disponibilidade de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos, à exceção das grandes superfícies, bancos, instituições de crédito e seguradoras;
- Organização da feira de Vinhos Douro Wine City (online) feira virtual;
- Articulação com a ACIR na elaboração de manuais de boas práticas por setor de atividade, promoção de sessões de esclarecimento e gabinete de apoio a candidaturas locais, nacionais e comunitárias;
- Moratória no pagamento das rendas dos espaços comerciais municipais, tendo como limite o final do ano, sendo recalculadas as rendas dos anos posteriores, até ao aumento máximo de 100 euros/mês e prolongamento da duração da concessão se necessário para cumprir o limite máximo de pagamento;
- Manutenção do regime preferencial de aquisição de bens e serviços nas empresas locais cumprindo as regras do Código dos Contratos Públicos;
- Incentivo aos funcionários municipais para almoçar nos restaurantes locais, nos dois meses após abertura, através de um reforço até 100% do subsídio de refeição, em protocolo com a ACIR;
- Lançamento do Projeto "Comércio + Ativo", com um programa de animação apresentado logo que possível;
- Reforço da informação disponibilizada na app Peso da Régua Cityfy, incluindo as empresas da restauração, hotelaria, comércio e farmácias abertas ao público, assim como as linhas de apoio COVID 19;
- Redução da tarifa variável de água (40%) e saneamento (39%) para os consumidores não domésticos até 50m³ (medida definida em articulação com todos os Municípios que participam no capital social da AdIN e com a própria empresa) com efeitos retroativos a janeiro de 2020;



- Isenção e devolução de Taxas inerentes à atividade económica para o ano 2020, para empresas com e/ou filial com sede em Peso da Régua, com exceção de grandes superfícies, Instituições bancárias e de crédito e seguradoras, que abaixo se listam:

1. Instalação e modificação de estabelecimentos comerciais

- Receção de mera comunicação prévia, relativa à instalação ou modificação de:
 - ✓ Estabelecimentos de restauração ou bebidas, com as secções acessórias tipificadas;
 - ✓ Estabelecimentos de comércio de bens, de prestação de serviços ou de armazenagem;
 - ✓ Estabelecimentos de comércio a retalho (enquadradas em tipo 3);
- Apreciação de pedidos de comunicação prévia com prazo;
- Apreciação de pedidos de comunicação prévia, com prazo para a prestação de serviços de restauração ou de bebidas com carácter não sedentário.

2. Empreendimentos turísticos e alojamento local

- Receção de mera comunicação prévia;
- Auditoria para efeitos de fixação das capacidades máximas e atribuição de classificação em empreendimentos de turismo de habitação, turismo rural, parques de campismo ou caravanismo;
- Vistoria para verificação do cumprimento de requisitos no alojamento local;
- Aquisição de placa identificativa.

3. Ocupação da via pública

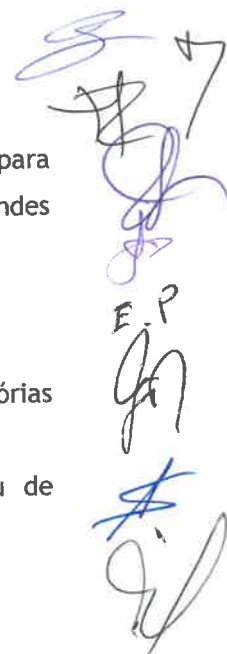
- Apreciação de pedidos com mera comunicação prévia ou comunicação prévia com prazo;
- Ocupação da via pública por toldos, alpendres, vedações com painéis (ou outros dispositivos semelhantes sobre os quais haja anúncios ou reclames), tabuleiros de venda ambulante;
- Ocupação da via pública por esplanadas (fechadas, fixas ou amovíveis), guarda-ventos, mesas e cadeiras;
 - ✓ Ocupação da via pública por veículos automóveis ou atrelados, estacionados para exercício de comércio e indústria.

4. Publicidade

- Instalação de anúncios luminosos e não luminosos.

5. Sistema de indústria responsável

- Receção de mera comunicação prévia de estabelecimentos do tipo 3;
- Pronúncia sobre pedidos de conversão em ZER;
- Vistorias em que a entidade coordenadora seja a Câmara Municipal;
- Selagem e desselagem de máquinas, aparelhos e demais equipamentos.



E.P.